

REOTV

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE VALONGO

Proposta para Discussão Pública

MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VALONGO

abril, 2018



Câmara Municipal de Valongo
Divisão de Planeamento, Inovação e Apoio ao Investimento (DIPAI)
Rua Aldeia dos Lavradores, 240 | 4445-640 Ermesinde



GIPP, LDA
Gestão Integrada de Projectos e Planeamento, Lda
Est. Exterior da Circunvalação, 3846-1º | 4435-183 Rio Tinto

Índice

1. ENQUADRAMENTO GERAL	5
2. METODOLOGIA	6
3. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	8
4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	12
5. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VALONGO	17
5.1. População	17
5.2. Economia	22
5.3. Mobilidade e Acessibilidade	27
5.4. Equipamentos e Serviços Básicos	33
5.5. Edificado e Habitação	35
5.6. Ambiente	41
5.7. Património	48
5.8. Planeamento	48
6. MODELO TERRITORIAL	70
7. FATORES CRÍTICOS DE MUDANÇA E CONSIDERAÇÕES FINAIS	71

Índice de Figuras

Figura 1 Estrutura Orgânica do município de Valongo	7
Figura 2 Contexto Regional	12
Figura 3 População Residente na região Norte (2016)	13
Figura 4 Variação da população residente na região Norte (2015-2016)	13
Figura 5 Rede de Transporte na AMP (2016)	14
Figura 6 Contexto Natural na AMP	15
Figura 7 Freguesias do município de Valongo	16
Figura 8 Evolução da População Residente no município de Valongo	17
Figura 9 População por grupos etários no município de Valongo	18
Figura 10 Conjuntura do Envelhecimento no município de Valongo	19
Figura 11 Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário em Valongo	20
Figura 12 Nível de escolaridade da população do município de Valongo por níveis	21
Figura 13 População empregada (%) por setor de atividade	22
Figura 14 N.º de inscritos no Centro de Emprego (média anual)	23
Figura 15 N.º de empresas no município de Valongo	23
Figura 16 Evolução do n.º de pessoas coletivas e entidades equiparadas no município de Valongo	23
Figura 17 Constituição de Pessoas Coletivas e entidades Equiparadas relacionadas na Indústria e nos Serviços no município de Valongo	24
Figura 18 Grau (%) de sobrevivência das empresas durante um período de 2 anos no município de Valongo	25
Figura 19 Volume de Negócios e Balança Comercial do município de Valongo	26
Figura 20 Tráfego Médio Diário Anual por Sublancos da A4 (em cima) e da A41 (em baixo) que intersejam o município de Valongo	28
Figura 21 Evolução no número de passageiros da Linha Suburbana do Porto (milhões de passageiros)	30

1. ENQUADRAMENTO GERAL

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Valongo foi aprovado através do Aviso n.º 1634/2015, de 11 de Fevereiro, com as correções materiais publicadas através do Aviso n.º 15.558/2017, de 27 de Dezembro, tendo sido objeto de uma alteração publicada através do Aviso n.º 1639/2018, de 5 de Fevereiro.

A importância deste documento e a sua constante atualização obriga ao desenvolvimento, segundo o presente RJIGT, aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, de um processo de monitorização que o relacione também com outros planos/ IGT.

Neste contexto, os objetivos definidos pelo PDM- fortalecimento da coesão territorial, a preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado e a reestruturação e fortalecimentos dos setores económicos- serão avaliados, tendo em conta as estratégias que os IGT predefinem e procurando dar resposta aos objetivos de monitorizar e avaliar, mas também caracterizar o município de Valongo, tendo em consideração fatores socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e, por fim, ambiente e questões biofísicas (Prada, O., 2008).

Deste modo, o presente documento procura realizar o «REOT 0» do município de Valongo, de forma a efetuar o enquadramento e o balanço da gestão territorial, com a informação disponibilizada pelo município, tendo a intenção de preparar e coordenar de forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias que estão em desenvolvimento no município.

2. METODOLOGIA

A elaboração do REOT engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à identificação de indicadores capazes de avaliar e de informar a conjuntura do concelho, tanto ao nível socioeconómico como no que respeita a mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e ambiente.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o plano e o sistema real (Prada, O., 2008). No caso deste plano, é realizada através da análise de plantas e outros documentos associados aos diferentes IGT; para a análise do sistema real, os comportamentos e indicadores são ferramentas para a obtenção da informação e caracterização do município (ver tabela 1).

A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar ou não a estratégia definida;
- Ter a perceção da conjuntura do município;
- Facilitar o desenvolvimento de novas estratégias;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios: socioeconómicos, ambientais, urbanos e rurais.

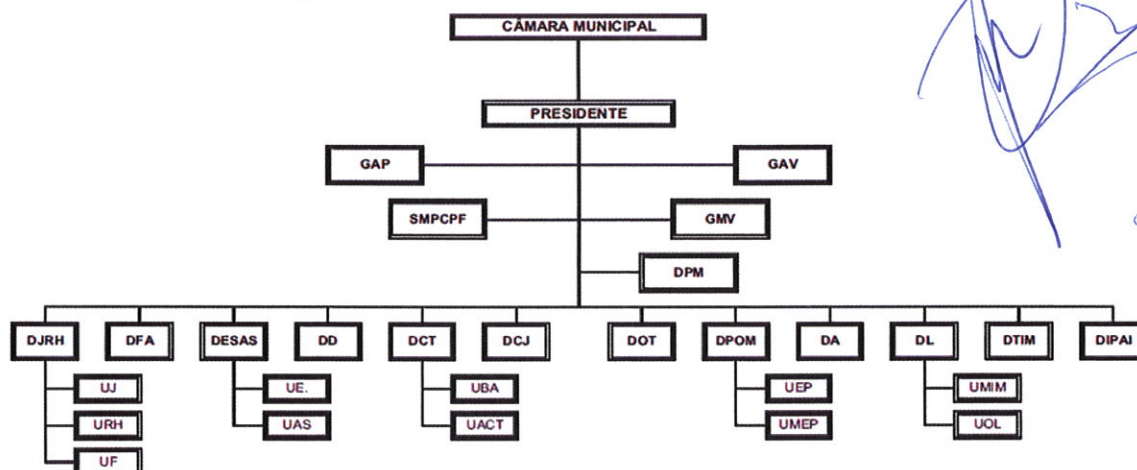
Tabela 1 Estruturação dos indicadores

Tema	Subtema
População	Habitantes Educação Inclusão Social
Economia	Emprego Receitas e Encargos Municipais Empresas Turismo
Mobilidade e Acessibilidade	Rede Rodoviária Rede Ferroviária Transportes Públicos
Habitação e Edificado	Edificado Habitação Social Valores de Mercado
Equipamentos e Serviços Básicos	Saúde Sociais Escolares Desportivos Administrativos Abastecimento/Saneamento de Água
Património	Património
Ambiente	Consumo Nível de Poluição Incêndios Despesa com o ambiente
Planeamento	Plano Diretor Municipal Plano Regional de Ordenamento Florestal da AMP PGRH do Douro e do Ave/Cávado e Leça Rede Natura 2000 Plano Rodoviário Nacional 2000 Outros ¹

Desta forma, a abordagem utiliza diferentes fontes de informação que instruirão o procedimento avaliativo, como é o caso do INE; também a informação municipal das diferentes subdivisões terá um papel determinante no desenvolvimento deste processo de monitorização. Segundo o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, atualmente a Organização dos Serviços Municipais de Valongo é a explicitada na figura seguinte.

¹ Programa Nacional para as Alterações Climáticas; Plano Diretor Municipal de Defesa Contra Incêndios; Carta Educativa; Área de Reabilitação Urbana; entre outros.

Figura 1 Estrutura Orgânica do município de Valongo



DJRH Divisão Jurídica e Recursos Humanos

UJ Unidade Jurídica

URH Unidade de Recursos Humanos

UF Unidade de Fiscalização

DFA Divisão Financeira e Aprovisionamento

DESAS Divisão de Educação, Saúde e Ação Social

UE Unidade de Educação

UAS Unidade de Ação Social

DD Divisão de Desporto

DCT Divisão de Cultura e Turismo

UBA Unidade de Bibliotecas e Arquivo

UACT Unidade de Ação Cultural e Turismo

DCJ Divisão de Cidadania e Juventude

DOT Divisão de Ordenamento do Território

DA Divisão de Ambiente

DPOM Divisão de Projetos, Obras e Mobilidade

UEP Unidade de Estudos e Projetos

UMEP Unidade de Mobilidade e Gestão do Espaço Público

DL Divisão de Logística

UMIM Unidade de Manutenção e Infraestruturas Municipais

UOL Unidade Operacional e Logística

DTIM Divisão de Tecnologias de Informação e Multimédia

DIPAI Divisão de Inovação, Planeamento e Apoio ao Investimento

GAP Gabinete de Apoio à Presidência

GAV Gabinete de Apoio à Vereação

SMPCPF Serviço Municipal de Proteção Civil e Proteção da Floresta

GMV Gabinete de Medicina Veterinária

DPM Divisão da Polícia Municipal

Fonte: Despacho n.º 3172/2018, Diário da República n.º 61/2018, Série II de 2018-03-27



3. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

O quadro legislativo no qual foi aprovado o PDM em vigor, principal IGT que interfere de forma direta no território do município, foi alterado desde a publicação do Plano, tendo sido publicada uma nova LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio) e um novo RJGT (DL n.º 80/2015, de 14 de Maio).

A LBGPPSOTU define que é o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais que têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo» que estão previstas na Constituição e na lei (art.º 8º). Na sequência deste dever surge a obrigatoriedade, por parte dos municípios, de planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização, o que deverá ser antecedido e sustentado nos REOT.

Segundo o novo RJGT (art.º 189º), é a CMV que elabora o REOT e que, no final da sua elaboração, o submete à apreciação da assembleia municipal e, à semelhança do anterior RJGT, sujeita-o a discussão pública durante 30 dias.²

Seguidamente a esta contextualização do REOT, impera conhecer qual a dinâmica jurídico-legislativa desde a publicação do PDM, permitindo identificar quais as alterações jurídicas e legislativas, mas também perceber qual o ponto de situação dos restantes IGT enunciados no art.º 4 do Regulamento do PDM em vigor.

Na tabela seguinte é apresentado o quadro legislativo existente à data de publicação do PDM em vigor, distribuído pelas diferentes temáticas, bem como a situação atual dos diferentes diplomas. A análise da tabela revela que, relativamente aos aspetos técnicos associados às diferentes temáticas, não existiram grandes alterações na abordagem dos mesmos no PDM. Ao invés, na conceção metodológica, isto é, na regulação do ordenamento do território, verificaram-se alterações ao nível do RJGT (ver Tabela 3).

² Art.º 189.º Relatórios sobre o estado do ordenamento do território

“(…).3 - A CMV, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados para o efeito.

4 - Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, referidos nos números anteriores, traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

5 - Concluída a sua elaboração, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.

6 - A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o programa nacional da política.”

(Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14)

Sublinhe-se que as alterações trazidas pela aprovação da LBGPPSOTU e do RJIGT configuram um enquadramento legal significativamente diferente daquele que vigorava aquando da aprovação do PDM, introduzindo novas temáticas, como sejam a parametrização das mais-valias, os critérios de reclassificação de solo rústico em urbano, a criação do fundo de sustentabilidade ambiental e urbanística, o sistema perequativo a diferentes escalas, para não falar da criação de um novo paradigma no que respeita à classificação e qualificação do solo, com a introdução de novos critérios para a classificação do solo urbano, deixando de existir o anteriormente chamado “solo urbanizável”.

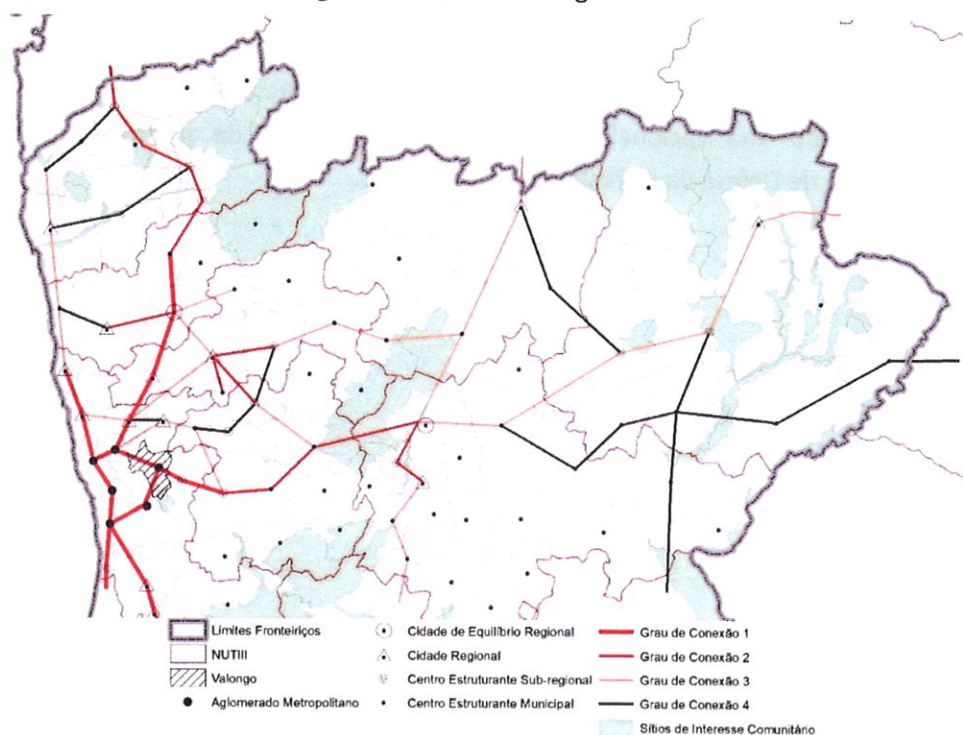
Refira-se ainda a alteração de outros elementos jurídico-legislativos, que até à data da publicação do PDM vigoravam, como é o caso do novo Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos (DL n.º 54/2015, 22 de junho) e a Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro). Ao mesmo tempo, existem alterações noutros domínios da gestão do território, nomeadamente com a suspensão dos PROF pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro, modificando, não só a área geográfica, como a estrutura deste instrumento de gestão territorial num novo enquadramento político e legislativo; a Lei n.º 34/2015, 27 de abril, criando um novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional; e a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, alterando de forma substancial o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O município de Valongo, em termos geográficos, é parte integrante do aglomerado metropolitano do grande Porto, integrado na sub-região estatística da AMP (NUTS III).

A sua localização constitui um importante elo de ligação entre as áreas de grandes densidades do Grande Porto com as áreas industriais e mais rurais da conjuntura metropolitana. É também possível interpretar que o município é classificado como um Aglomerado Metropolitano, com Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Maia e Matosinhos, perfazendo um território policêntrico e estruturante para a dinâmica regional e nacional.

Figura 2 Contexto Regional

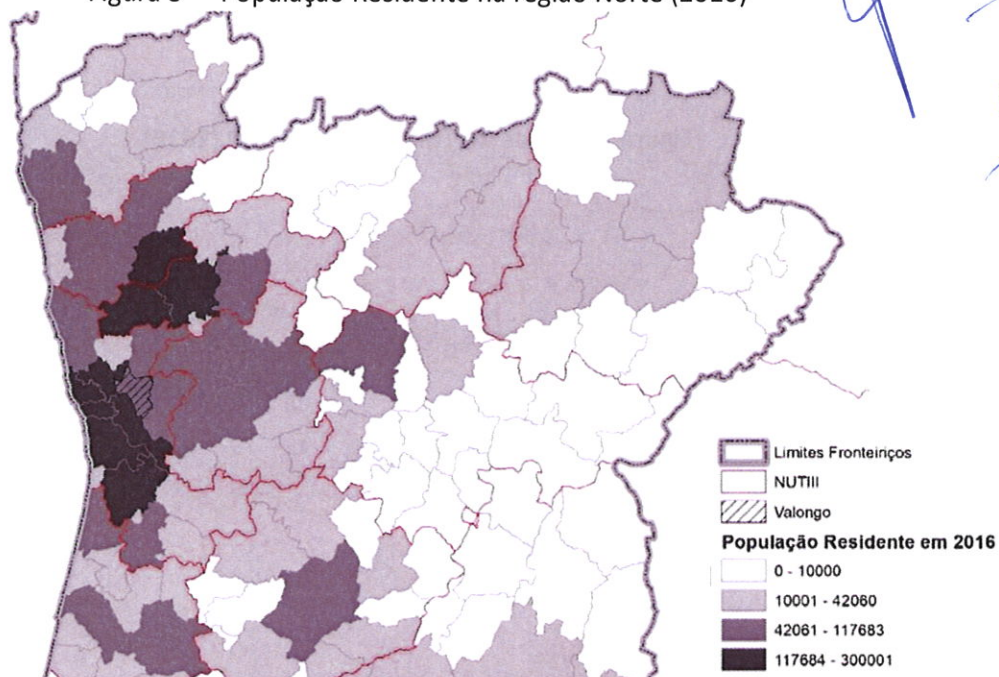


Fonte: CCDR-N e Rede Natura 2000

O contexto metropolitano de Valongo é decisivo, não só para o seu desenvolvimento, mas também em termos de competitividade territorial. De referir que a conjuntura demográfica atual, o grau de infraestruturação e o tipo de economia que apresenta a região dotam o município de um posicionamento estratégico com relevo regional.

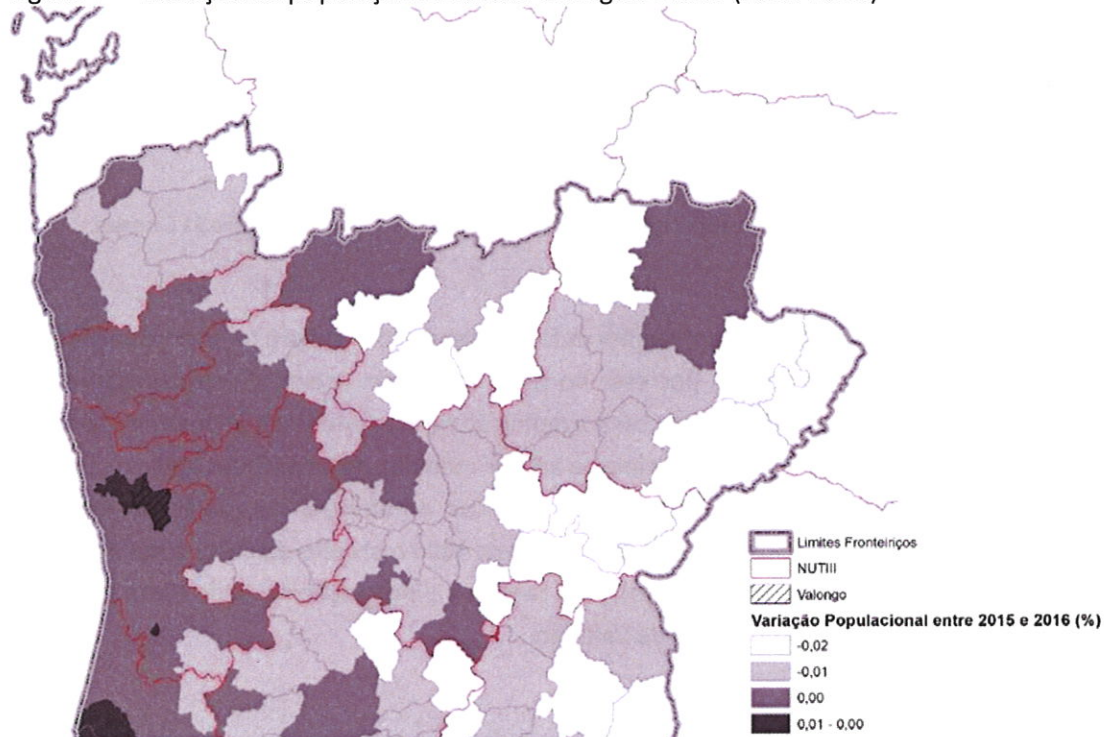
Tal como é demonstrado nas figuras seguintes, existe um contexto populacional de grande densidade, apresentando uma tendência de aumento populacional, contrastando com a tendência nacional associada ao envelhecimento. Inclusive, Valongo, a par da Maia e São João da Madeira, é um dos municípios com variação populacional positiva, entre 2015 e 2016.

Figura 3 População Residente na região Norte (2016)



Fonte: INE

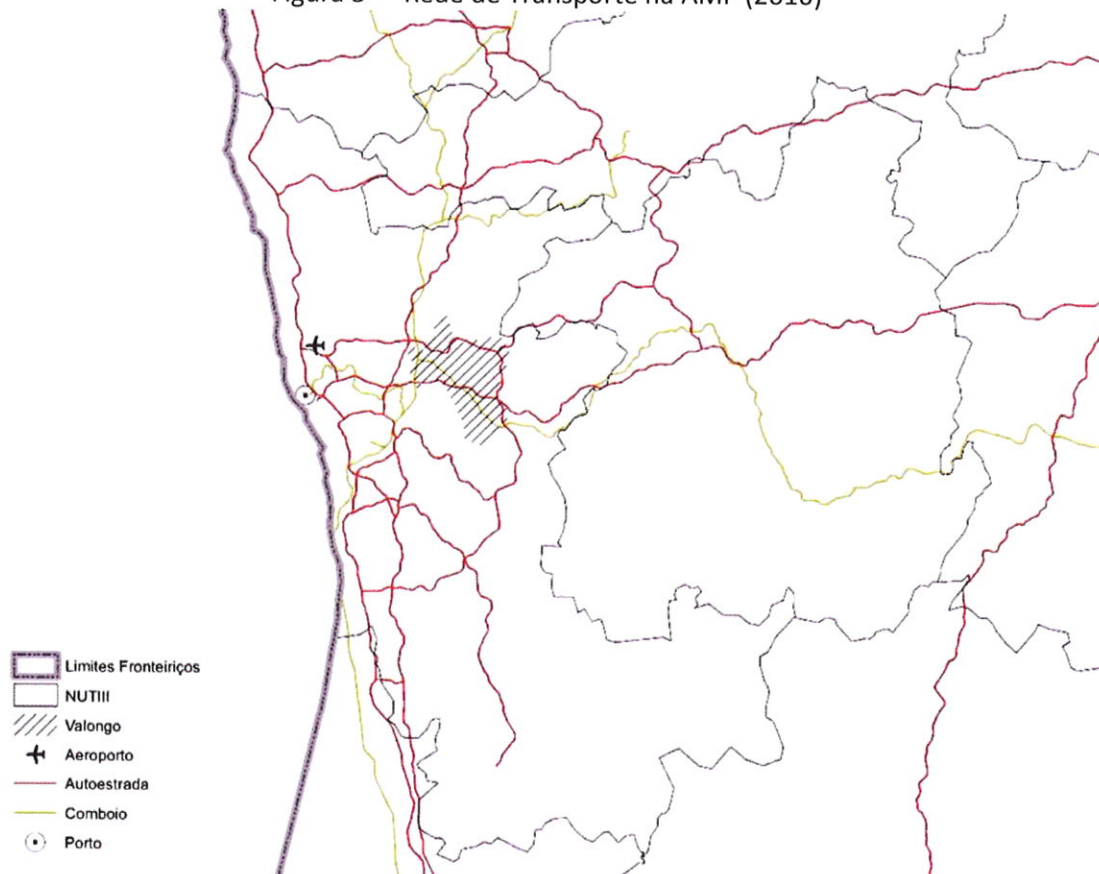
Figura 4 Variação da população residente na região Norte (2015-2016)



Fonte: INE

Ao nível das infraestruturas, o município encontra-se localizado num contexto central, integrando o Corredor da Faixa Atlântica que estabelece a relação entre o litoral Atlântico da Península Ibérica e o Corredor Ibérico (Norte), que relaciona a AMP e a Espanha.

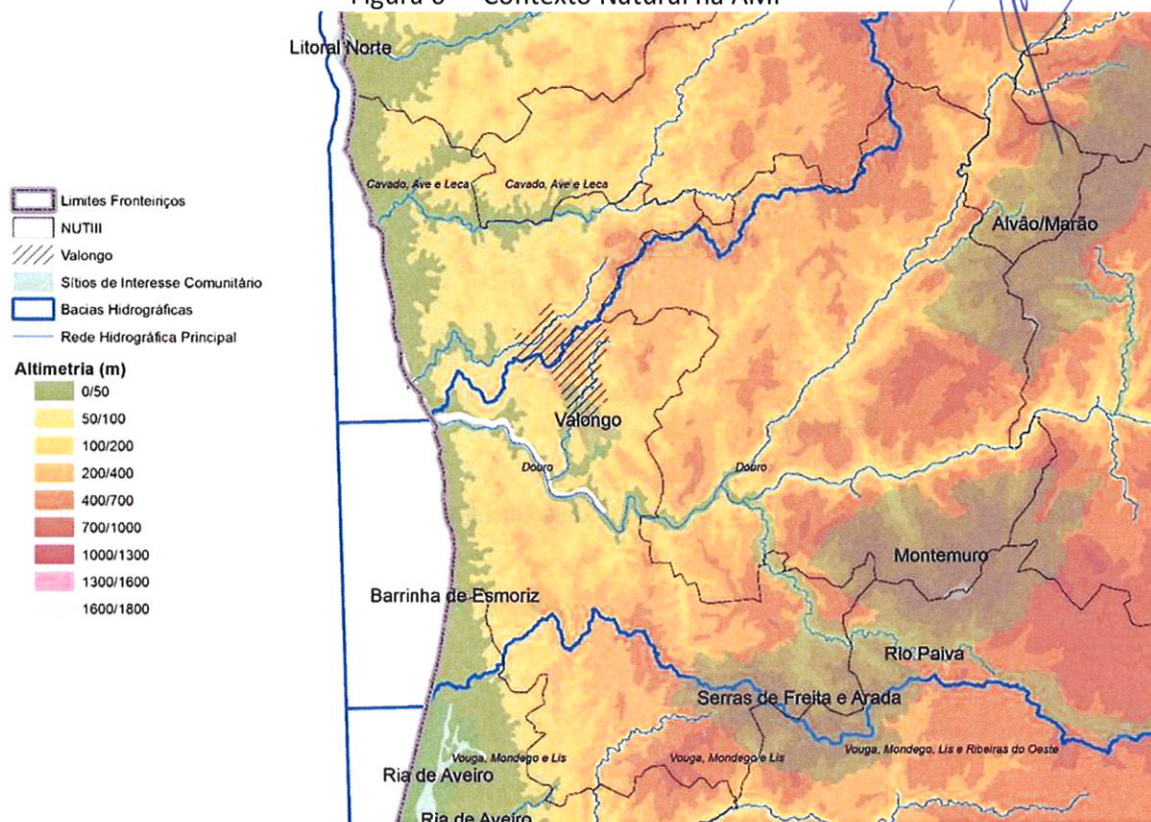
Figura 5 Rede de Transporte na AMP (2016)



Fonte: IMT, I.P, Autoridades Portuárias e Aeroporto Francisco Sá Carneiro

A localização do município num território de alta densidade obriga a ter preocupações ambientais, tendo em conta o impacto gerado por este no meio ambiente. Assim, a estruturação espaços naturais de conservação e preservação, bem como a definição de áreas de lazer, ativos importantes para a dinâmica destes territórios, obriga os municípios a adotar medidas neste âmbito. Valongo é considerado um dos municípios piloto em termos de boas práticas ambientais no contexto metropolitano, com a concretização de diversos projetos, como por exemplo o projeto do Parque das Serras do Porto (com os municípios de Gondomar e Paredes), mas também a integração na Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Interesse Comunitário de Valongo.

Figura 6 Contexto Natural na AMP



Fonte: APA

Não obstante este contexto metropolitano, Valongo encontra-se enquadrado numa realidade também ela rural e agrícola, o que em nada interfere com o desenvolvimento do município, tal como será possível interpretar neste relatório. Isto porque apresenta, em termos demográficos, uma densidade populacional elevada; em termos económicos, uma vocação exportadora maioritariamente em compostos químicos, metálicos, têxteis e mobílias; e por fim, em termos ambientais, valores relevantes que deverão ser salvaguardados.

O concelho de Valongo e as freguesias

O concelho de Valongo tem uma área de 75.2 km² e abrange no seu território 4 freguesias, integrando as cidades de Valongo, Ermesinde e Alfena, e as vilas de Campo e Sobrado. A maioria destes aglomerados perfaz uma freguesia, excetuando Sobrado e Campo, que se agregaram por via da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (publicada no Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28), na U.F. de Campo e Sobrado.

Figura 7 Freguesias do município de Valongo



5. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VALONGO

5.1. População

A evolução da população residente total no concelho de Valongo na última década censitária (2001/2011) revelou um acréscimo de 7853 habitantes, o correspondente a 8% da população em 2001. Este acréscimo verificou-se principalmente em Valongo e Alfena, demonstrando um processo de expansão nas freguesias mais distantes do núcleo central da AMP.

A freguesia que registou o maior aumento populacional neste período foi Valongo, que quase duplicou a população residente, entre 1991/2001.

A evolução populacional referente ao período pós-censitário no município, nomeadamente entre 2012 e 2016, evidencia uma tendência positiva do crescimento da população.

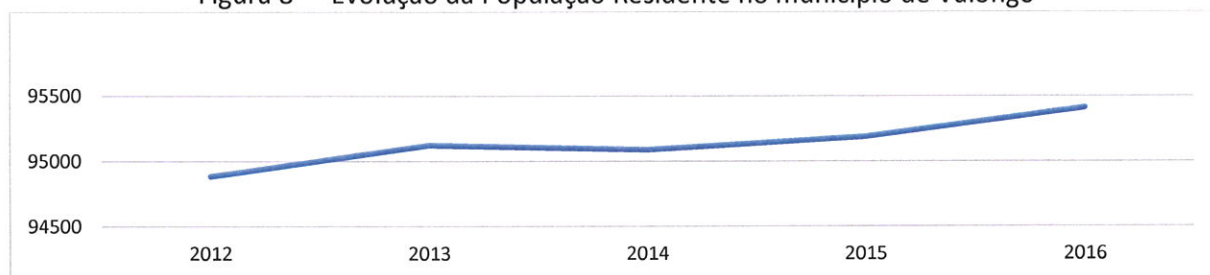
O aumento da população é residual (cerca de 530 habitantes), variando entre os 94 884 habitantes em 2012 e os 95 411 em 2016.

Tabela 4 Evolução da população residente no concelho de Valongo

Freguesia	1991	2001	2011	Tx. de Crescimento de 1991/2011	Tx. de Crescimento de 2001/2011
Alfena	12 129	13 665	15 211	20%	10%
Ermesinde	34 415	38 315	38 798	11%	1%
Valongo	13 103	18 698	23 925	45%	22%
U.F. de Campo e Sobrado	14 525	15 327	15 924	9%	4%
Total	74 172	86 005	93 858	21%	8%

Fonte: INE

Figura 8 Evolução da População Residente no município de Valongo



Fonte: INE

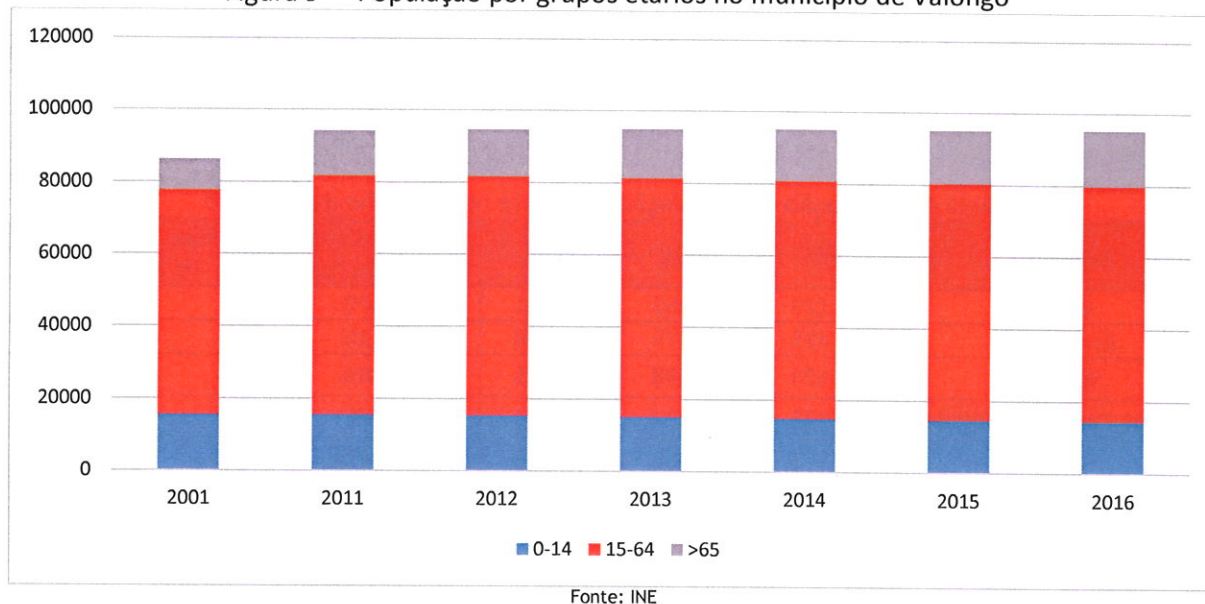
Consequentemente, existe um aumento da densidade populacional no município, dos 1144 habitantes por km², em 2011, para os 1248 habitantes, em 2011, e depois para os 1269 habitantes por km² de

2016. Ermesinde é a freguesia com maior concentração de população, com 5 072 habitantes por km² em 2011.

O aumento populacional no município não implica necessariamente um aumento do número de habitantes nos grupos etários mais novos, tal como é possível observar na figura seguinte. Isto porque o facto de o município se inserir num contexto metropolitano faz com que existam movimentos populacionais motivados pela dinâmica do mercado imobiliário e pela oferta de emprego.

Apesar do crescimento populacional evidente, Valongo apresenta uma diminuição progressiva, embora residual, nos grupos etários chave para a dinamização demográfica, nomeadamente entre os 0 – 14 e os 15 – 64 anos. É possível verificar que o grupo etário dos 0-14 diminuiu 8.3%, desde 2001 até 2016; dos 15-64, aumentou 4.8%, desde 2001, ressalvando o facto de que até 2016 diminuiu 1.5% face a 2011; por fim, dos > 65 anos existe um aumento de 53.2% de 2001 a 2016.

Figura 9 População por grupos etários no município de Valongo



Assim, o aumento populacional no município valonguense, somado com a diminuição dos grupos etários mais novos (<65 anos) evidencia um processo de envelhecimento que pode afetar as perspetivas de futuro em termos de evolução populacional. Contudo, o número de famílias no período censitário aumenta de 28 081 para 33 970, correspondendo a um acréscimo de 17%. Este aumento corresponde na sua maioria à freguesia de Valongo, que apresenta um aumento de 30%, mas também ocorre em Alfena.

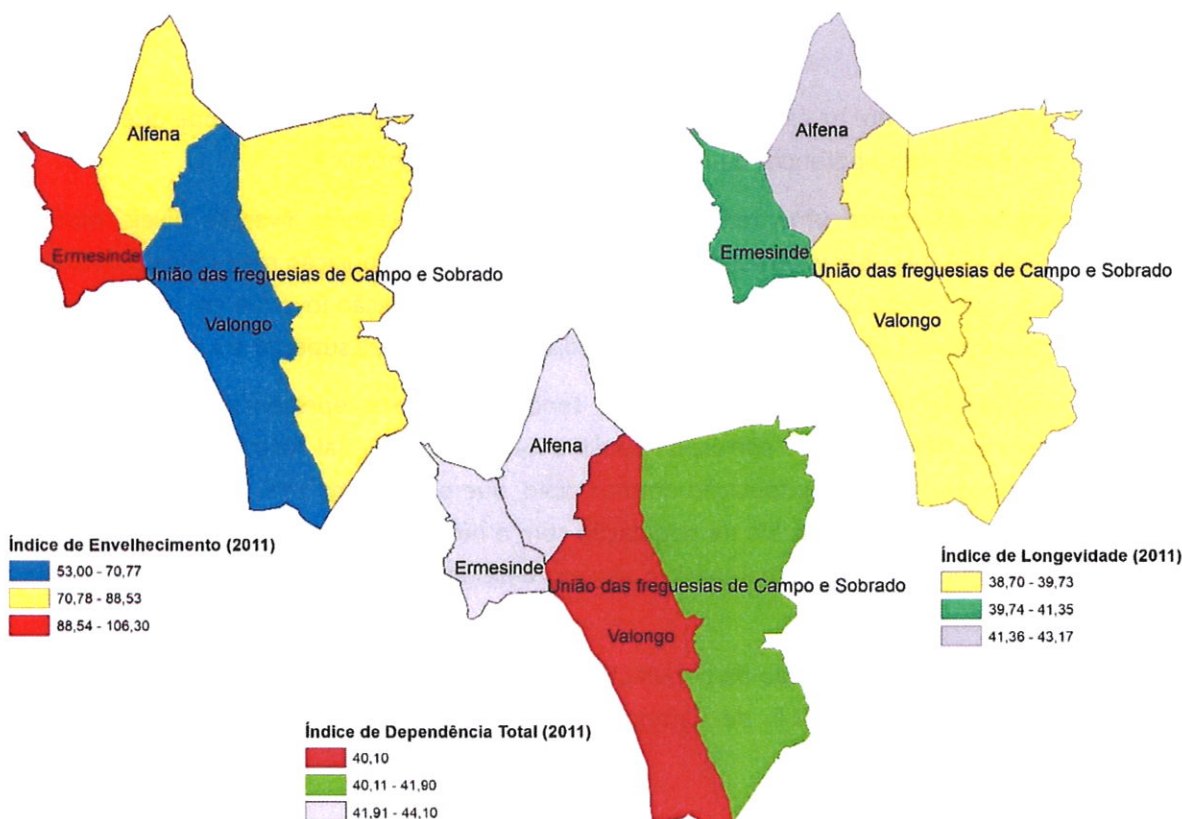
Em Ermesinde, a localização mais central favorece a existência de mais famílias, comparativamente com as demais freguesias, representando quase metade dos agregados familiares do município (cerca de 44% em 2011).

Nos anos mais recentes, apesar da ausência de informação intercensitária, estima-se o aumento do número de famílias, embora residual, motivado pelo aumento da população. Todavia, é possível deduzir, por intermédio da diminuição da dimensão do agregado familiar (desde da década de 60 existe uma diminuição progressiva dos 4.0 elementos para 3.7 em 1981, 3.0 em 2001 e os 2.7 em 2011, segundo dados do INE), que o aumento do número de famílias seja também resultado de um fenómeno de pulverização destas, o que poderá também estar associado ao envelhecimento da população, cuja tendência se descreverá nos próximos parágrafos.

Associado ao aumento do grupo etário da população idosa, a esperança média de vida aumentou, em Portugal, dos 76.4 anos de vida à nascença, em 2001, para os 80.4 anos, em 2014, inferindo-se consequentemente um aumento do índice de envelhecimento.

O crescimento da população com idade superior a 65 anos no município de Valongo tem evoluído continuamente no período pós-censitário. Entre 2011 e 2016 foi de 17.7%, sendo, inclusive, o grupo etário que apresenta o maior crescimento. Outro indicador que ajuda a compreender a evolução do processo de envelhecimento é o indicador da população jovem com idade <14 anos, que apresenta uma evolução tendencialmente negativa, cerca de 1.3%, entre os períodos censitários de 2001 e 2011, e de 7% entre 2011 e 2016.

Figura 10 Conjuntura do Envelhecimento no município de Valongo

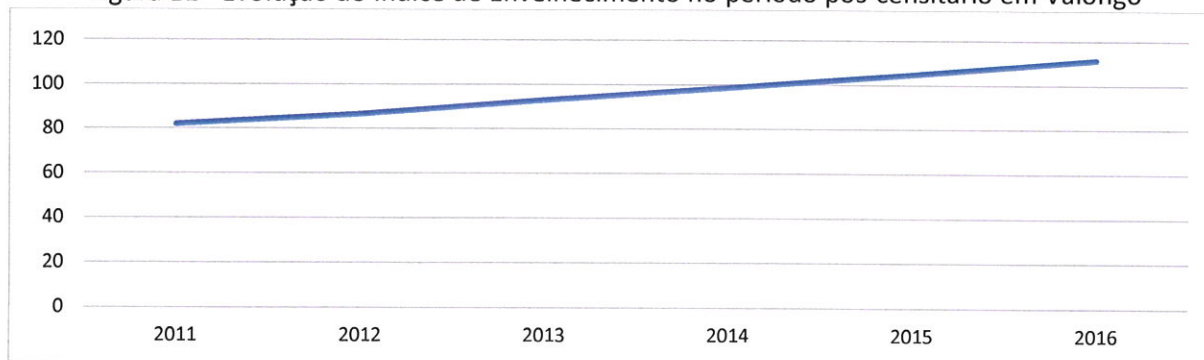


Fonte: INE

Ermesinde é a freguesia que apresenta o maior índice de envelhecimento no contexto municipal (106.3), logo de seguida por Alfena e U.F. de Campo e Sobrado, esta última num contexto mais rural, com 78.7 e 72.95, respetivamente. A freguesia de Valongo apresenta um índice de envelhecimento de 53, menos do dobro da freguesia de Ermesinde.

Estima-se que estes valores possam ter aumentado desde o último momento censitário, devido ao acentuar do processo de envelhecimento, sendo de referir que em 2011, o índice se mantinha nos 82 % mas no ano de 2016 já atingia os 111.4%, sempre com uma tendência de aumento, como se pode ver na figura seguinte.

Figura 11 Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário em Valongo



Fonte: INE

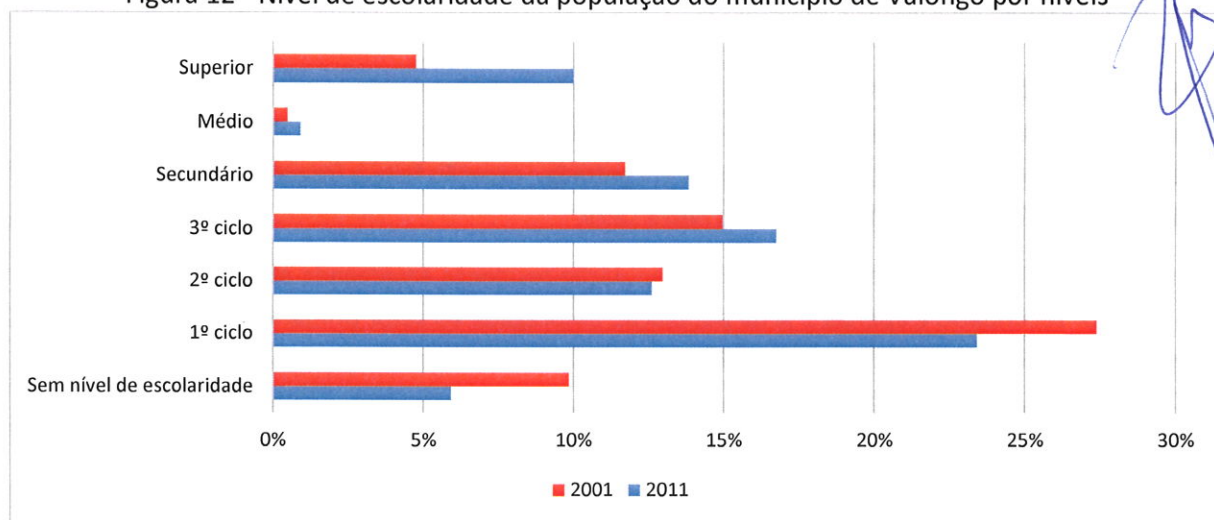
Outro elemento estruturante na caracterização da população é o nível de escolaridade que apresenta, que reflete, em parte, o seu potencial de desenvolvimento socioeconómico.

A figura seguinte apresenta uma realidade francamente positiva nos diversos níveis escolares, atendendo diferenças inter-geracionais: de facto, encontra-se uma população mais idosa com um nível de escolarização predominantemente primário/ básico, mas a população jovem e em idade ativa já se encontra com padrões de escolarização acima da média nacional (níveis superior e a secundário).

O nível de escolarização dominante é o 1º ciclo, tendo ainda uma representatividade de 23% da população, seguido pelo 3º ciclo, correspondendo a cerca de 17%. Tal facto demonstra a rápida reconversão protagonizada pela população do município, que passou dos 10% sem escolaridade, em 2001, para os 6%, em 2011, e dos 5% da população com o nível superior, em 2001, para os 10%, em 2011. Os demais níveis de ensino mantiveram as suas descidas normais nos níveis de ensino básico (1º ciclo e 2º ciclo).

O desafio da qualificação e formação da população é maior nas freguesias com uma matriz rural mais significativa, sendo Alfena e a U.F. de Campo e Sobrado as freguesias que apresentam taxa de analfabetismo superior a 2.80%.

Figura 12 Nível de escolaridade da população do município de Valongo por níveis



Fonte: INE

Tabela 5 Número de analfabetos com mais de 10 anos e taxa de analfabetismo

Freguesia	Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de Analfabetismo e comparação com a realidade municipal (2.80%)
Alfena	505	3.72%
Ermesinde	959	2.72%
Valongo	373	1.79%
U.F. de Campo e Sobrado	515	3.62%

Fonte: INE

Consumada a análise da distribuição e densidade populacional, bem como do envelhecimento e da qualificação da população, resta agora perceber como é que esta se encontra em termos sociológicos, nomeadamente, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH foca três dimensões fundamentais para a vida do Homem: viver uma vida longa e saudável, grau de instrução e padrão de vida digno.

Valongo apresenta um valor superior ao do contexto nacional, dado que o Programa das Nações Unidas calcula para Portugal um IDH de 84.30, resultado, sobretudo, da qualificação da população de Valongo.

Tabela 6 Índice de Desenvolvimento Humano³ do município de Valongo

Índice de Desenvolvimento Humano ⁴ do município de Valongo	
Esperança de Vida	80,6
Tx. Alfabetização (%)	97.5
Tx. De Escolarização (%)	78
PIB per capita	16 640
Valor do IDH do município	93.77 (IDH muito elevado)

Fonte: INE e Pordata

³ Os valores desenvolvidos, à exceção das taxas apresentadas, compreendem ao contexto nacional.

⁴ Os valores desenvolvidos, à exceção das taxas apresentadas, compreendem ao contexto nacional.

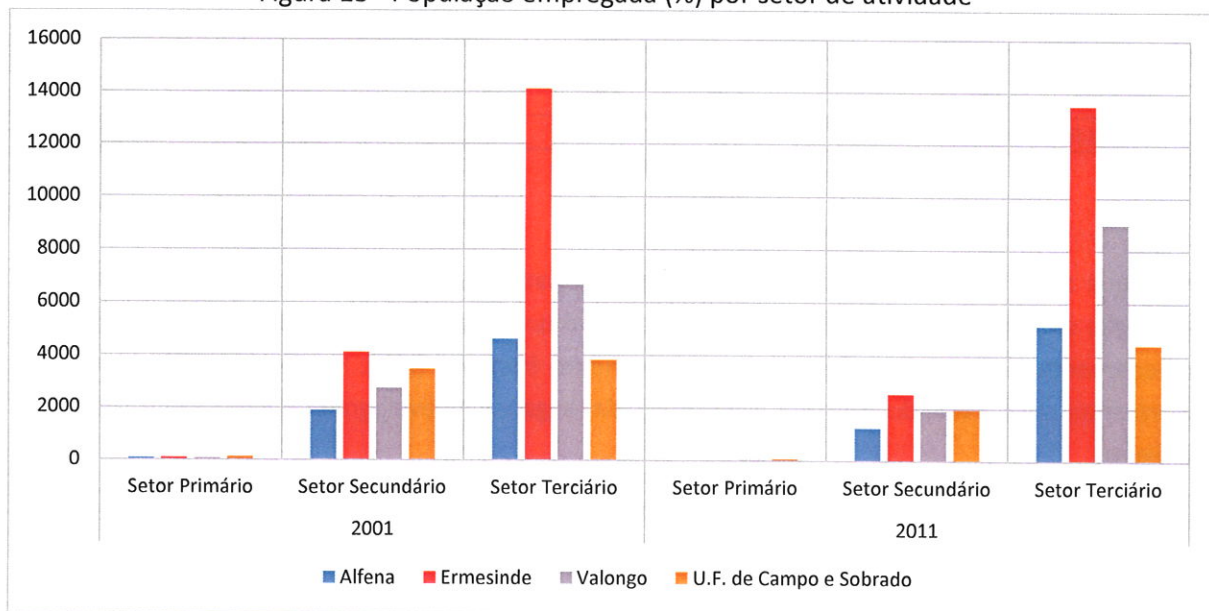
5.2. Economia

A análise dos dados dos Censos de 2011, ao nível das freguesias, revela, como seria de esperar, um aumento da população empregue no setor terciário na maioria das freguesias do município, como se observa na **Errol A origem da referência não foi encontrada.**, exceção feita à freguesia de Ermesinde que perde, aproximadamente, 600 empregados neste setor.

O município de Valongo tem cerca de 80% da população residente empregada afeta ao setor terciário, 19% ao setor secundário e apenas 1 % da população empregada ao setor primário. A esta terciarização da economia não será alheia a dinâmica de inserção num contexto metropolitano. As freguesias onde esta situação é mais evidente são Ermesinde, Valongo e Alfena, os principais núcleos urbanos, com 84%, 82% e 80% da população empregue no setor terciário, respetivamente.

Em U.F. de Campo e Sobrado existe um maior equilíbrio entre o setor secundário (30% da população empregada) e terciário (69%), embora persista a maioria da população empregue no setor terciário.

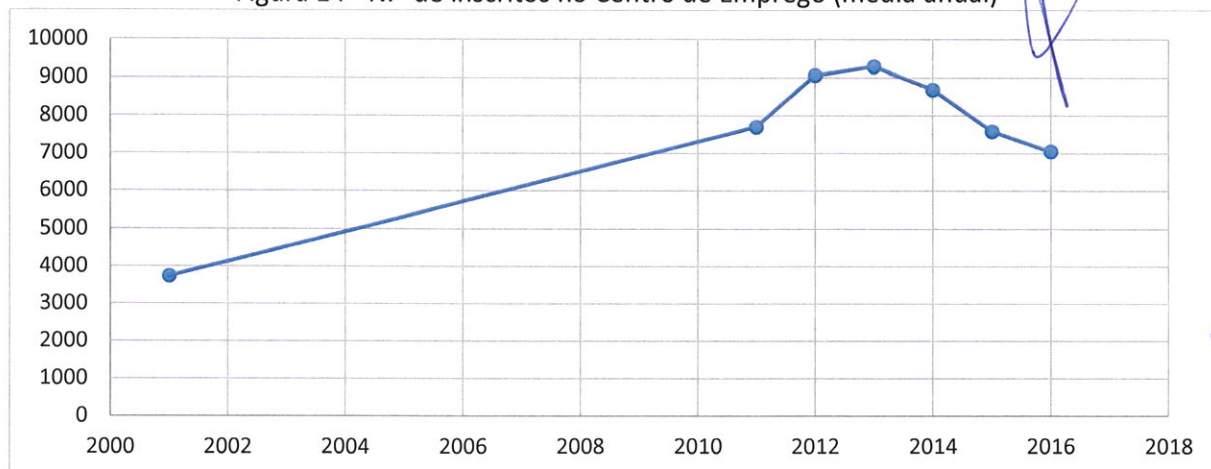
Figura 13 População empregada (%) por setor de atividade



Fonte: INE

No que se refere ao desemprego registado no concelho, em 2016 registou-se o valor mais baixo desde 2011, com uma média de 7048 indivíduos inscritos no Centro de Emprego. Na figura seguinte pode verificar-se que entre 2001 e 2013 existiu um crescimento constante do desemprego, começando a inverter a partir de 2013 e até ao momento.

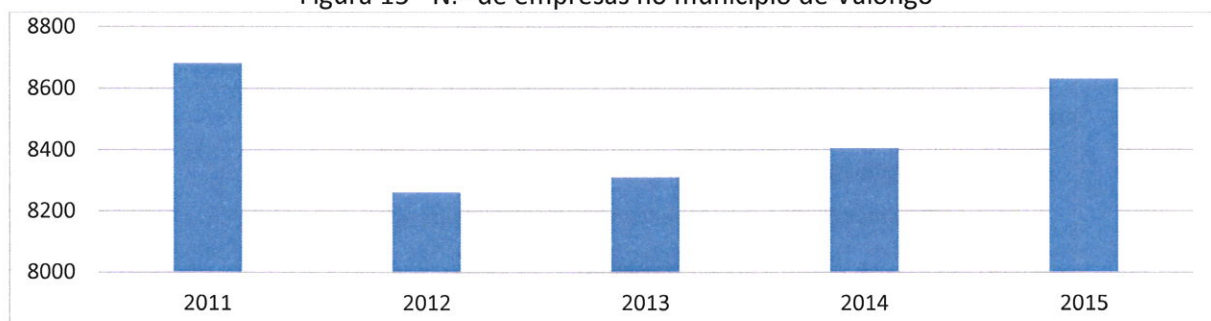
Figura 14 N.º de inscritos no Centro de Emprego (média anual)



Fonte: INE

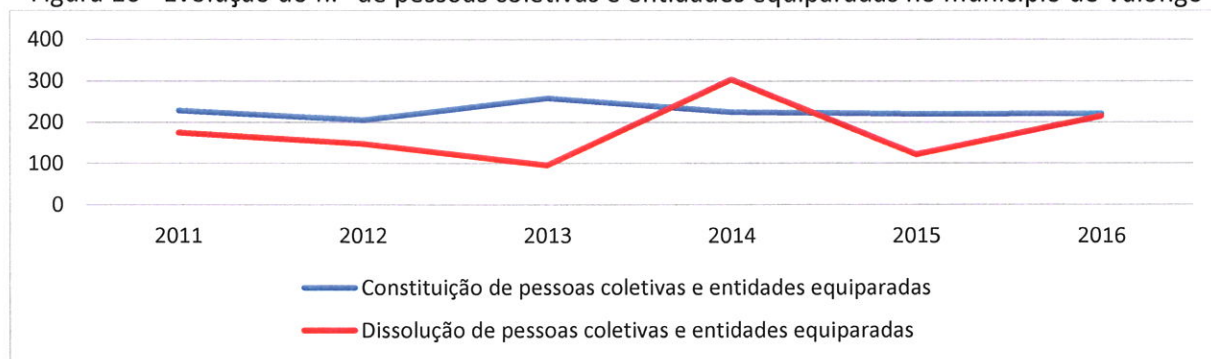
Ainda no que respeita aos indicadores de desenvolvimento económico, e depois de um período de quebra associado ao processo de crise económico-financeira nacional, assiste-se desde 2012 a uma evolução positiva e constante no número de empresas no município, como se constata na figura seguinte.

Figura 15 N.º de empresas no município de Valongo



Fonte: INE

Figura 16 Evolução do n.º de pessoas coletivas e entidades equiparadas no município de Valongo



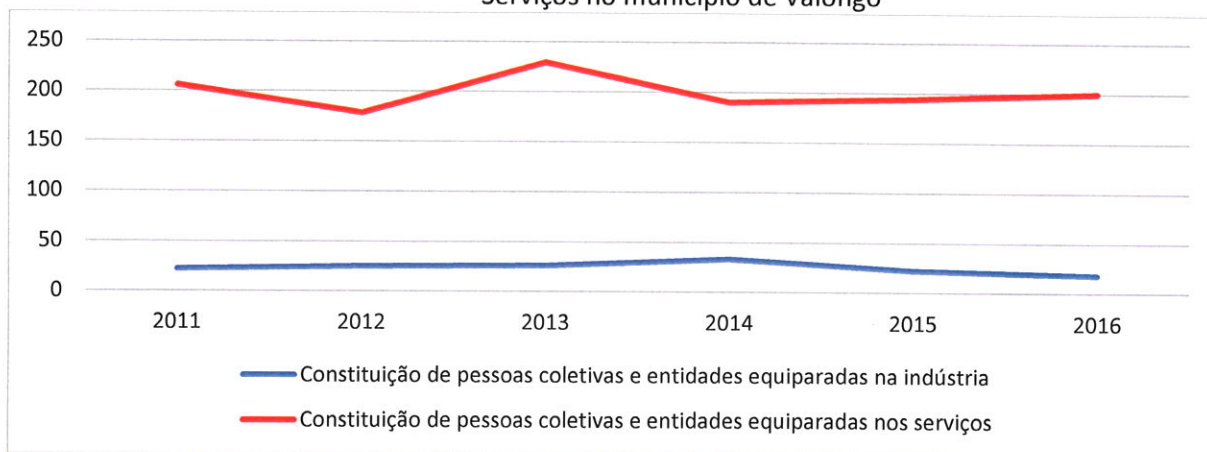
Fonte: INE

Os indicadores relativos à constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas apresentados na figura 16, contudo, apresentam um aumento, ainda que inconstante, do número de dissoluções, muito embora se registre apenas o ano de 2014 como aquele que o número de dissoluções foi superior ao da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas.

De salientar que a taxa de diminuição do número de dissoluções é em média, desde 2011, de 23% ao ano. Já no que se refere à constituição por ano, entre 2011 e 2016, existe uma diminuição média de 2% ao ano.

A exceção ocorre no ano de 2013, quando existe uma significativa redução do número de dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas e um significativo aumento do número de pessoas coletivas e entidades constituídas; e no ano de 2016, apesar de existir um processo de retoma económica, com um aumento não tão significativo como em 2013 de pessoas coletivas e entidades equiparadas dissolvidas.

Figura 17 Constituição de Pessoas Coletivas e entidades Equiparadas relacionadas na Indústria e nos Serviços no município de Valongo



Fonte: INE

Dada a evolução do número de constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, será pertinente perceber qual o setor que mais cresceu na atual conjuntura.

Predomina o aumento do número de pessoas coletivas e entidades equiparadas relacionados com os serviços no município, tendo o seu maior crescimento entre o ano de 2012 para 2013, quando foram constituídas 407 no agregado nestes dois anos.

Ao mesmo tempo, a predominância deste setor económico é confirmada pelo número de pessoas coletivas e entidades equiparadas que são constituídas. Evidencia-se que, em média, aproximadamente 88% das constituições são do setor dos serviços. Existe ainda um ligeiro aumento do peso dos serviços nos anos mais recentes, nomeadamente 2015 e 2016, quando os valores voltam aos do ano de 2011, com 90% das constituições constituídas.

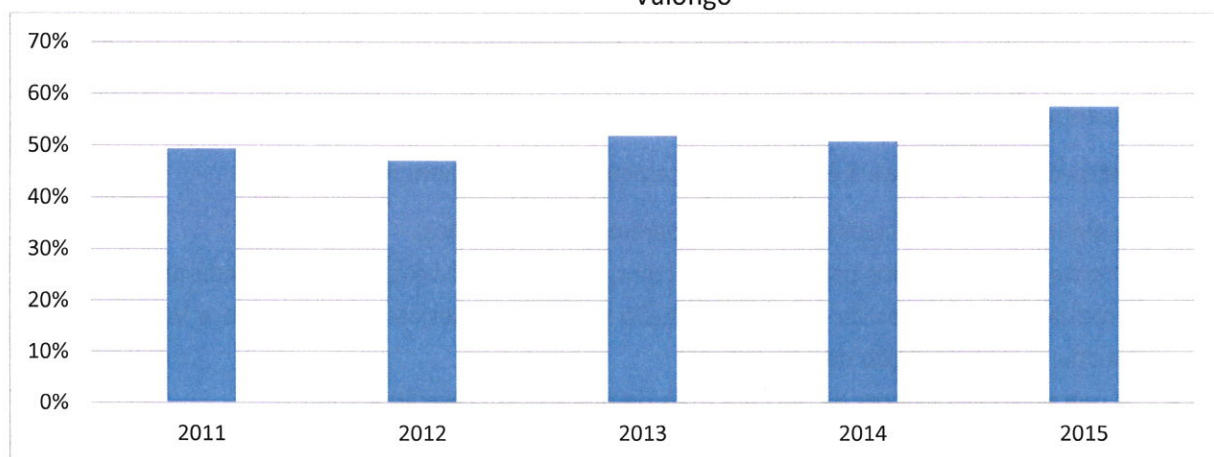
Encontra-se também um período de estabilização e crescimento económicos, com um aumento do grau de sobrevivência das empresas durante um período de dois anos no município (Figura 18).

Depreende-se destes indicadores que o dinamismo e o empreendedorismo presentes no município, associados à sua valorização, o tornam num ativo importante num território ultracompetitivo como é o da AMP.

De facto, constata-se que o período de recuperação da dinâmica económica e de sobrevivência das empresas supera já o valor referente a 2011 em cerca de 8%, perfazendo em 2015 aproximadamente 58% e indicando a possibilidade de, no momento atual, manter esta tendência positiva que ocorre desde 2013.

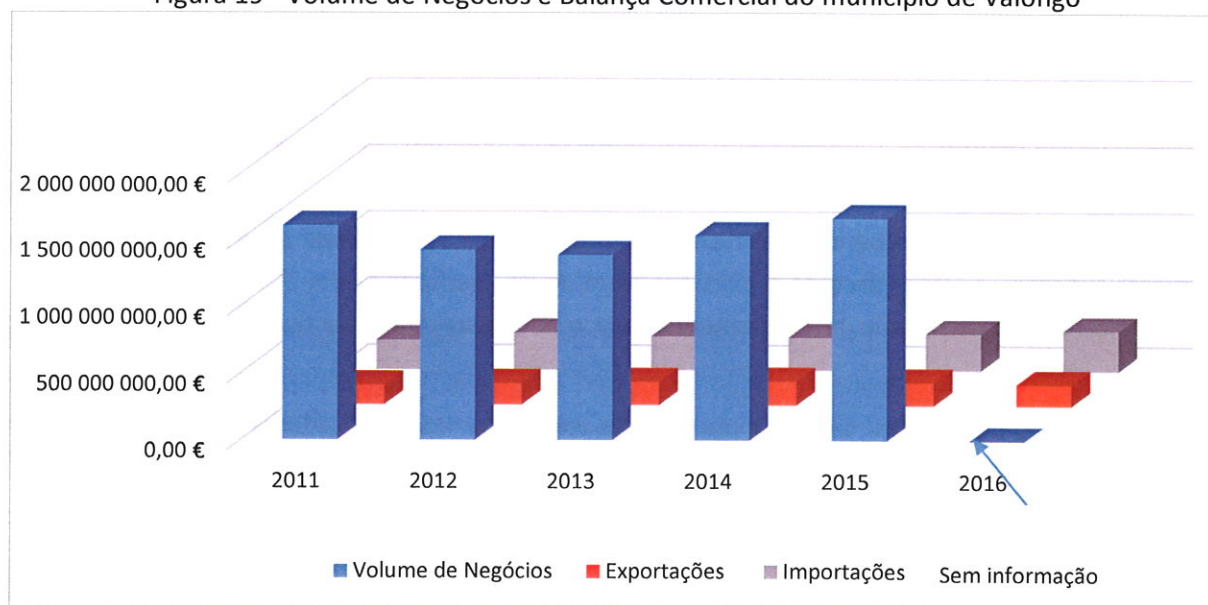
O contexto económico estável do município permite apresentar bons indicadores no que respeita ao volume de negócios muito embora a balança comercial se mantenha negativa (cf. Figura 19). De facto, verifica-se que o valor das importações é superior em 22% ao valor das exportações durante o período em análise, sendo que em 2015 e 2016 existe um aumento do défice da balança comercial, o que alarga a discrepância entre as exportações e as importações em cerca de 4%: em 2015 as exportações representavam 39% da balança comercial e em 2016 apenas 35%. Neste sentido, a produtividade do município apresenta-se negativa e não evidencia o comportamento estável que foi demonstrado pelos anteriores indicadores abordados. Todavia, a questão da balança comercial tende a melhorar, dado que, segundo as Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019 do Banco de Portugal, existirá um crescimento forte das exportações, perfazendo um aumento de produtividade económica que, dependendo da conjuntura, poderá ou não agravar a questão dos valores das importações, pois o crescimento das exportações não é impeditivo do crescimento das importações.

Figura 18 Grau (%) de sobrevivência das empresas durante um período de 2 anos no município de Valongo



Fonte: INE

Figura 19 Volume de Negócios e Balança Comercial do município de Valongo



Fonte: INE

Ao mesmo tempo, o volume de negócios que o município apresenta uma curva de crescimento a partir de 2014, ultrapassando inclusive os melhores registos do período em análise (2011).

O crescimento de 2014 e 2015, de 10% e 8% respetivamente, evidencia um novo fôlego para a produtividade económica do município. O facto de ter existido um período de diminuição do volume de negócios, com taxas de crescimento de -13% e -3%, durante o período de 2011 e 2013, demonstra a resiliência económica que se verifica a partir de 2014.

No que respeita ao setor primário, a dinâmica económica sintetizada nas tabelas seguintes demonstra, no período de 2011 a 2016, a constituição de 17 pessoas coletivas e equiparadas, com um peso da população empregue no setor muito pouco significativo, com a U.F. de Campo e Sobrado a apresentar a maior percentagem de população empregada (1%), e as restantes freguesias percentagens inferiores.

Como pontos-chave da análise à economia de carácter agrícola salientam-se:

- A diminuição dos valores em todos os parâmetros de análise;
- O envelhecimento dos produtores agrícolas, com um aumento na generalidade do número de produtores com mais de 65 anos, exceção feita às freguesias de Ermesinde e Valongo, onde existiu uma diminuição deste número;
- A regressão dos valores da SAU em mais de metade em relação a 1989;
- A diminuição das explorações agrícolas com mecanização, permitindo inferir que a população em idade ativa estará direcionada para outros segmentos de atividade económica que não a agrícola;
- A redução da vinha e dos efetivos animais para cerca de metade do que existia no ano de 1989.

Tabela 7 Conjuntura agrícola-pecuária do município de Valongo
Propriedades agrícolas:

Freguesia	Superfície Agrícola Utilizada (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas com máquinas agrícolas (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Produtores agrícolas singulares com > 65 anos (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)
	1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009	
Alfena	331	209	177	-87%	76	60	55	-38%	110	69	72	-53%	18	21	32	44%
Ermesinde	175	78	69	-154%	29	16	21	-38%	58	20	30	-93%	11	2	8	-38%
Valongo	263	204	92	-186%	65	31	26	-150%	132	52	40	-230%	27	16	23	-17%
U.F. de Campo e Sobrado	552	357	306	-80%	148	133	125	-18%	259	168	172	-51%	38	56	102	63%
Total	1321	848	644	-127%	318	240	227	-61%	559	309	314	-107%	94	95	165	13%

Elementos de Produção Agrícola:

Freguesia	Cultura Permanentes (ha)			Taxa de Crescimento 1989-2009 (%)	Cultura Predominante	Animais (n.º)			Taxa de Crescimento 1989-2009 (%)	1ª e 2ª Espécie Dominante
	1989	1999	2009			1989	1999	2009		
Alfena	48	22	24	-100%	Vinha	164948	107655	109359	-51%	Ave/Coelho
Ermesinde	47	24	22	-114%	Vinha	2855	1274	822	-247%	Bovinos/Aves
Valongo	35	14	19	-84%	Vinha	4271	2307	833	-413%	Aves/Bovinos
U.F. de Campo e Sobrado	125	98	69	-81%	Vinha	6616	6682	5098	-30%	Aves/Bovinos
Total	255	158	134	-95%	Vinha	178690	117918	116112	-185%	Aves/Bovinos

Fonte: INE

5.3. Mobilidade e Acessibilidade

Em termos de mobilidade e acessibilidade. Valongo integra-se num contexto de grande dinâmica, atendendo ao facto de existirem infraestruturas rodoviárias com uma escala nacional e internacional, complementada por uma rede de estradas de apoio ao município e sua envolvente.

Os indicadores apresentados demonstram a existência de um tráfego de atravessamento e de saída para as áreas residenciais do município, fenómeno mais que evidente no sublanço da A4 entre Águas Santas/Ermesinde. Esta via comunicação estratégica na ligação com o restante território da AMP providencia uma relação direta com Matosinhos e Maia, e indireta, por intermédio do nó da A3, com o Porto e restantes municípios a Sul, como Vila Nova de Gaia.

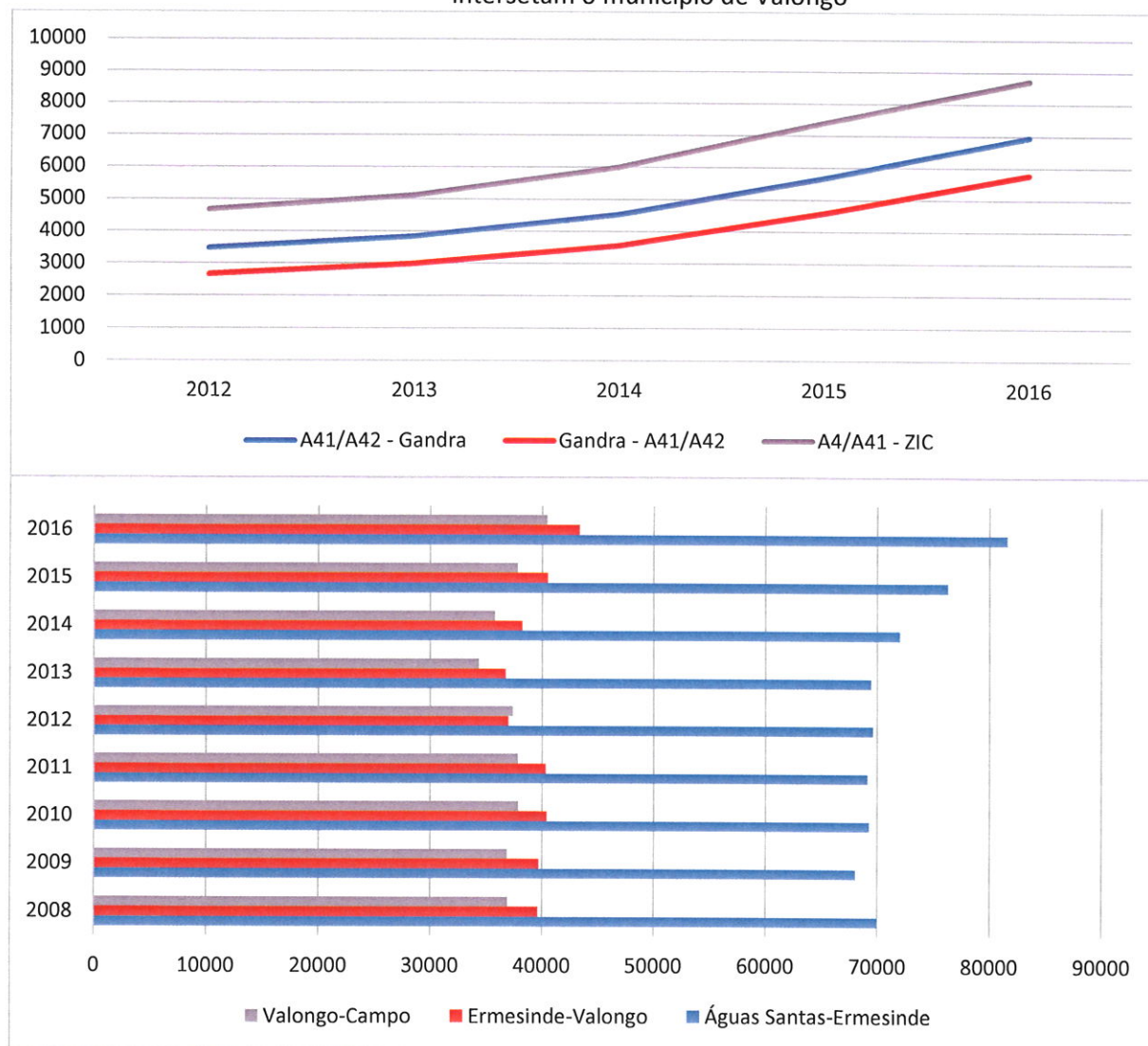
Os trajetos proporcionados pela rede complementar às autoestradas, neste caso estradas nacionais, servem o município num contexto regional. As Nacionais 15 e 105 estabelecem a ligação entre Porto-Bragança e Porto- Guimarães, respetivamente.

Face à rede e quantidade de infraestrutura rodoviária presente, a população que reside neste município utiliza predominantemente os modos de mobilidade que esta permite, nomeadamente o autocarro, o automóvel e os motociclos ou bicicletas. Segundo o INE (2001), cerca de 92% da população efetua os

movimentos pendulares por esta infraestrutura. Ao mesmo tempo, o Plano de Ação de Mobilidade Sustentável da AMP (2016) identifica Valongo como o segundo município onde os habitantes demoram mais tempo a efetuar as suas deslocações casa-trabalho, com cerca de 16% da população a gastar entre 31-60 minutos.

No contexto metropolitano, a tendência na escolha de utilização dos modos de transporte evidencia que os municípios que se localizam próximo ao município do Porto são os que usam mais o automóvel, com uma média de 48% (municípios de Valongo, Gondomar e Maia), sendo os municípios que mais distam do Porto, como é o caso de Paços de Ferreira e Paredes, os que usam outros modos sem ser o automóvel, como o motociclo/ bicicleta e o comboio, respetivamente (dados do INE, 2001).

Figura 20 Tráfego Médio Diário Anual por Sublanços da A4 (em cima) e da A41 (em baixo) que interseitam o município de Valongo



Fonte: IMT

Relativamente à rede de transportes coletivos, existem diversos operadores, incluindo a STCP.

A rede de transportes coletivos é composta por onze linhas de autocarro diurnas que operam de segunda-feira a domingo e três linhas adicionais que operam em período noturno também de segunda a domingo e por duas linhas ferroviárias que permitem a conexão ao principal aglomerado urbano da envolvente, o Porto, mas também ao hinterland regional, nomeadamente com Braga, Guimarães e a região do Tâmega e Sousa.

Tabela 8 Linhas de Transporte Público do município de Valongo

Linha	Origem	Destino	Tipo	Freguesias de Valongo	Outros Concelhos
701	Bolhão	Codiceira	Diurna	Ermesinde e Alfena	Porto, Maia e Gondomar
702	Bolhão	Travagem	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
703	Cordoaria	Sonhos	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
704	Boavista	Codiceira	Diurna	Ermesinde e Alfena	Porto, Maia e Gondomar
705	Hospital S. João	Valongo	Diurna	Ermesinde e Valongo	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
706	Hospital S. João	Ermesinde (Estação)	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
707	Hospital S. João	Ermesinde (Estação)	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
5M	Aliados	Travagem	Noturna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
6M	Aliados	Codiceira	Noturna	Ermesinde e Alfena	Porto e Maia
7M	Aliados	Valongo	Noturna	Valongo e Campo	Porto e Gondomar
61	Matosinhos	Valongo	Outros Operadores	Ermesinde e Valongo	Matosinhos, Maia e Gondomar
64	Valongo	Ribeiro (Alfena)	Outros Operadores	Valongo e Alfena	
70	Bolhão	Ermesinde	Outros Operadores	Ermesinde	Porto e Gondomar
94	Bolhão	Campo	Outros Operadores	Valongo e Campo	Porto e Gondomar

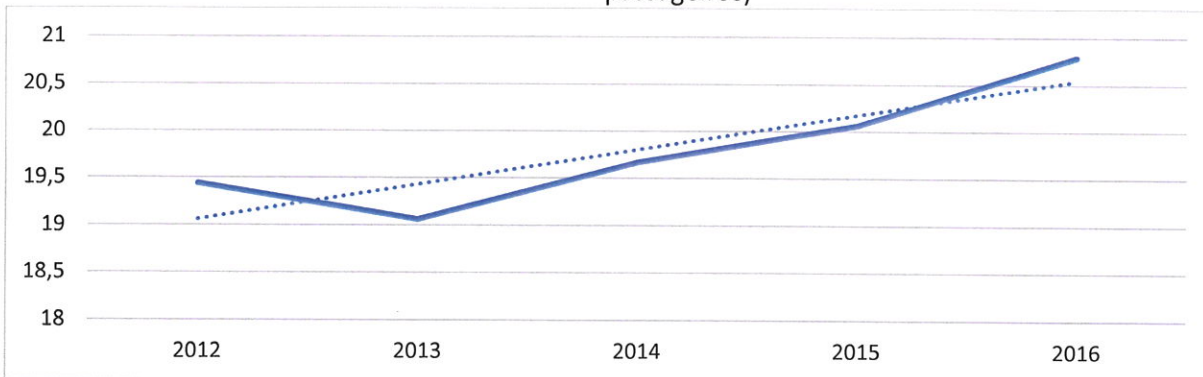
Fonte: PDM

No município é possível encontrar o entrosamento entre a Linha do Minho, Linha do Douro e a Linha de Suburbanos do Porto, constituindo um importante entreposto ferroviário na dinâmica regional e metropolitana, que tem um dos maiores fluxos de passageiros da rede CP.

É de referir que o município de Valongo se encontra em 2º lugar na percentagem de população que usa este modo de transporte, cerca de 6.4%, estando só atrás de Espinho, onde cerca de 7.4% da população utiliza o comboio nas suas deslocações casa-trabalho.

Neste contexto, verifica-se que, segundo dados do INE de 2001, cerca de 29% da população valonguense utiliza os transportes públicos.

Figura 21 Evolução no número de passageiros da Linha Suburbana do Porto (milhões de passageiros)



Fonte: CP

Ainda no que se refere à mobilidade, há que analisar a valorização dos modos ambientalmente sustentáveis, nomeadamente pedonal e ciclável, cuja valorização passa por dois tipos de política: a pedonalização das ruas e o incentivo à utilização de bicicletas (ciclovias).

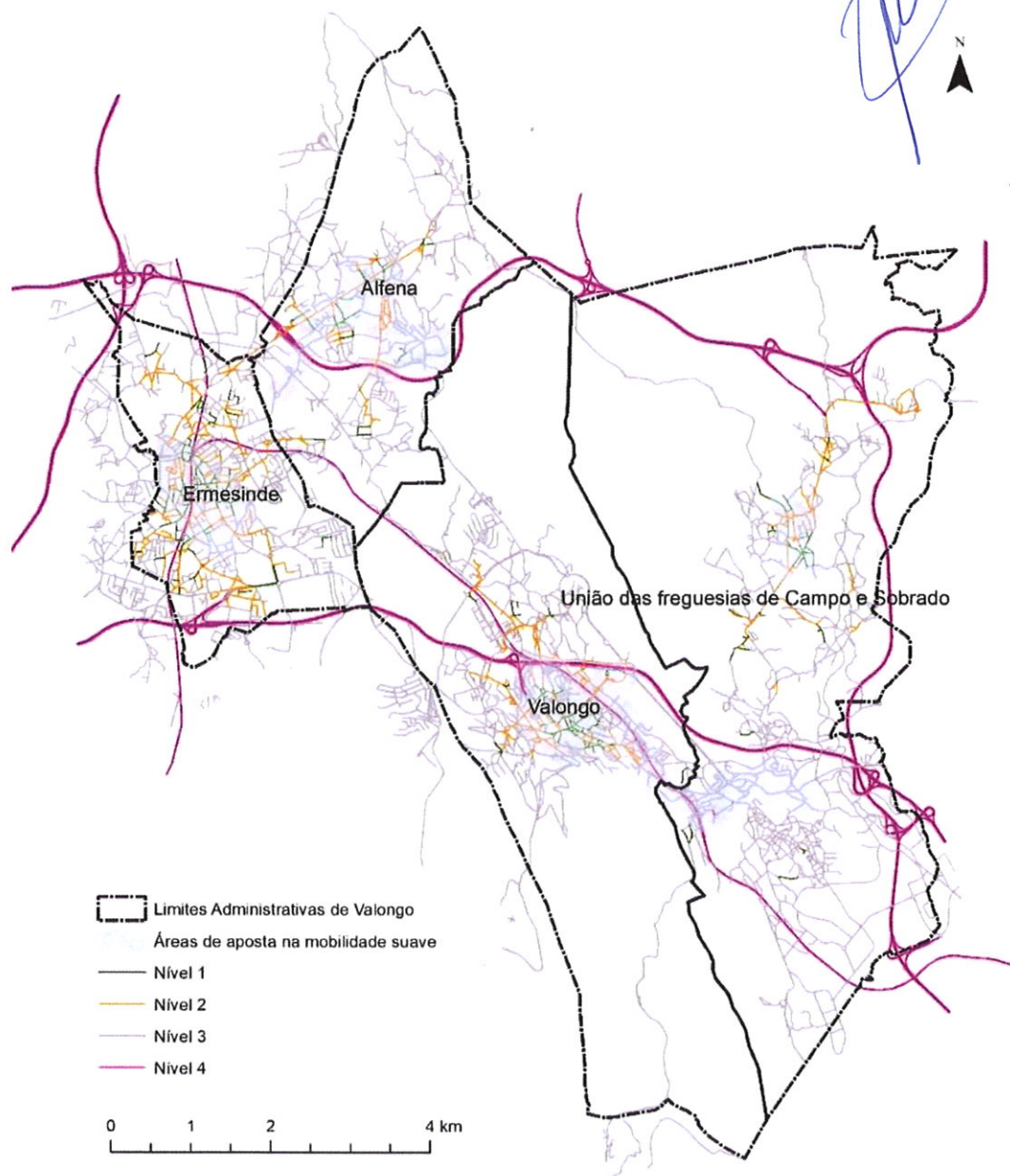
Neste sentido, o município de Valongo desenvolveu uma estrutura hierárquica para as vias rodoviárias, tendo como intenção categorizar por níveis a estrutura pedonal, como se pode ver na tabela e imagem seguintes.

Tabela 9 Classificação de vias para a mobilidade suave no município

Nível	Características
1	Vias de grandes fluxos de circulação pedonal ou onde é necessária a proteção do peão. Deverá ser assegurada uma dimensão de passeios apropriada para os fluxos existentes e a velocidade de circulação dos automóveis deverá ser condicionada.
2	Via com fluxos médios de circulação pedonal ou que estabelecem a ligação a duas zonas de grandes fluxos pedonais. Deverão ser asseguradas as condições mínimas de conforto para a circulação pedonal.
3	Vias com fluxos reduzidos de peões. Em funções das características da envolvente e da velocidade de circulação deverá ser definida a necessidade e a dimensão dos passeios.
4	Vias onde a circulação de peões está interdita.

Fonte: PDM

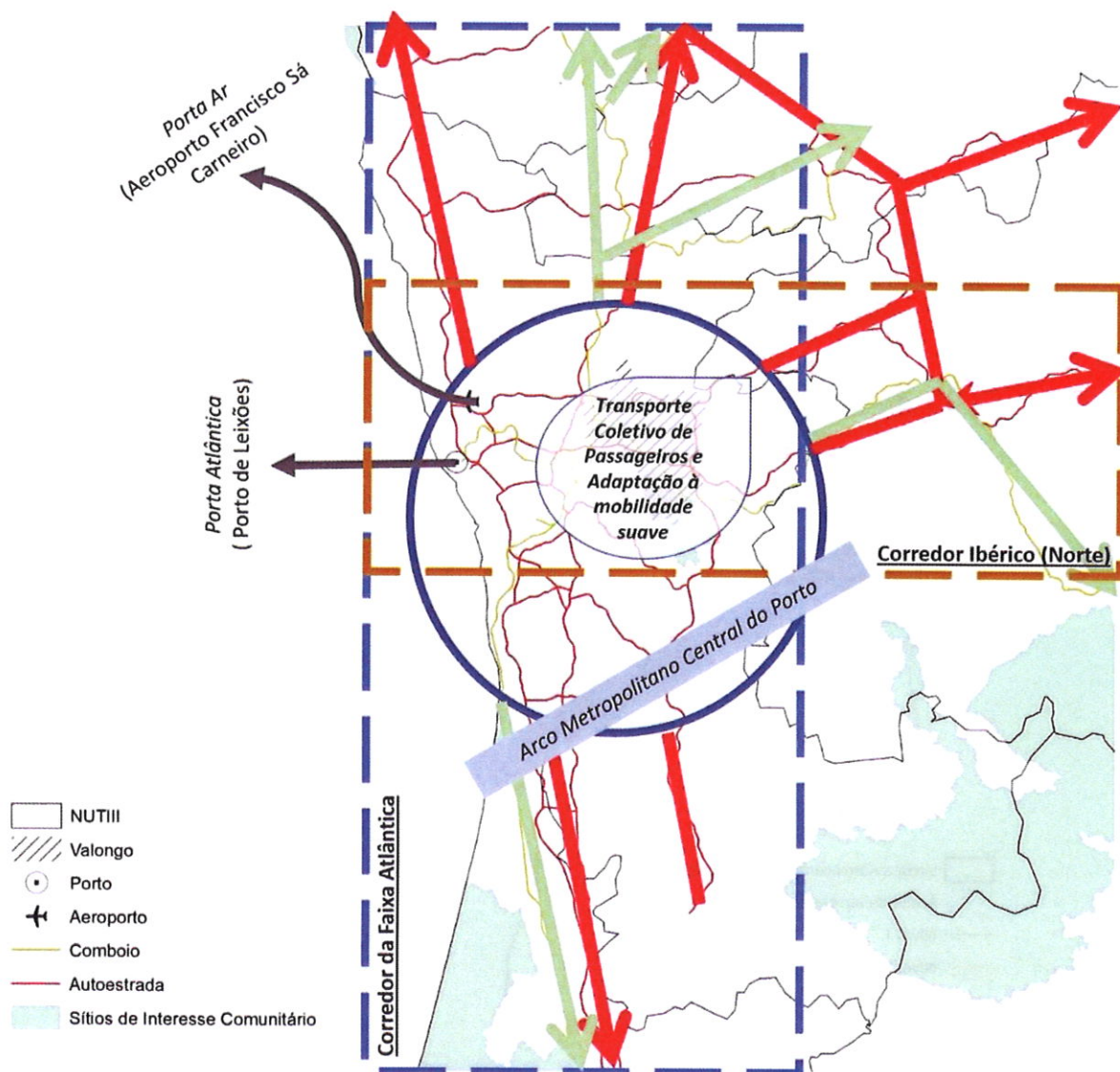
Figura 22 Mobilidade Suave no município



Fonte: PDM

Por último, e associando à temática da mobilidade e acessibilidade a questão da logística, é de referir que Valongo detém uma das mais importantes unidades de transporte/ logística de carácter internacional no contexto metropolitano, o terminal multimodal rodoferroviário de Campo (o chamado “Porto Seco”). A par do aeroporto Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões, esta grande infraestrutura logística serve não só uma das regiões mais exportadoras do país como das mais populosas e, consequentemente, mais consumidoras.

Figura 23 Valongo e o seu enquadramento de mobilidade

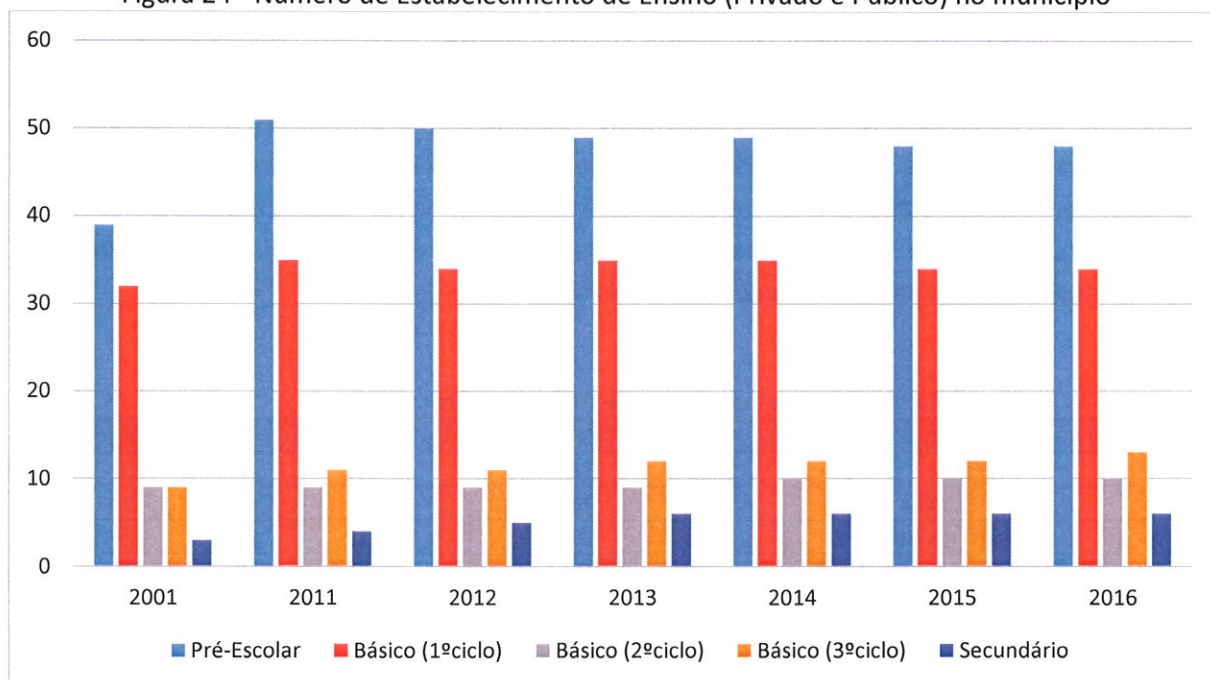


5.4. Equipamentos e Serviços Básicos⁵

5.4.1. Educação

A evolução dos equipamentos de educação, no município de Valongo, sofreu um aumento significativo de 2001 para 2011, derivado ao aumento não só da população, mas também associado às expetativas de qualificação da mesma. Contudo, a aparente estabilização demográfica associada ao período pós-censitário repercutiu-se na evolução estagnada do número de equipamentos educativos.

Figura 24 Número de Estabelecimento de Ensino (Privado e Público) no município



Fonte: INE

5.4.2. Sociais

Os equipamentos sociais que estão presentes no município têm uma importante relevância na sua conjuntura. O aumento das necessidades da população, aliado com o aumento da população mais idosa, identifica-se a necessidade destes serviços serem fundamentais na colmatação das carências sociais no apoio à 3ª idade no município.

Na tabela seguinte é possível encontrar uma realidade que é concordante com a atual situação demográfica. Isto porque, existe uma progressiva regressão do número de equipamentos destinados à população mais jovem, e por ela subentendem-se, uma regressão dos 18 Centros de ATL, em 2004, para os 13, em 2015. Em simultâneo, a reformulação da rede escolar da qual o município foi alvo, motivada

⁵⁵ A caracterização das diferentes tipologias de equipamentos apresentada, reflete a informação disponibilizada à data da elaboração do REOT.

pelas alterações conjunturais, não só em termos da governação do setor da educação em Portugal permite explicar o ponto de situação da temática dos equipamentos de ação social destinada aos mais jovens.

No que se refere à população mais idosa, existe um progressivo aumento de equipamentos destinados a este segmento da população, onde os 3 lares de idosos existentes, em 2004, correspondem a 7 lares, em 2015. Por último, mas não menos importante para a dinâmica do envelhecimento, é possível encontrar o aumento dos Serviços de Apoio Domiciliário, entre 2004 e 2015, dos 6 para os 9, respetivamente.

É importante referir nesta análise dos equipamentos que, devido à ausência de informação nos anos de 2004 e 2015, é possível encontrar em 2010, maior concentração dos equipamentos sociais na freguesia de Valongo (21) e de Ermesinde (17), sendo de salientar o facto de que os equipamentos associados ao envelhecimento localizarem-se predominantemente em Alfena (6), Ermesinde (7) e Valongo (6), abarcando no total, cerca de 40% dos equipamentos do município. Ao invés, os equipamentos destinados para o grupo etário mais jovens encontram-se sediados na sua maioria em Ermesinde (14 de 33). Contudo, atendendo à conjuntura demográfica existente é expectável que aumentem os equipamentos de índole social para a população mais idosa.

Tabela 10 Equipamentos de Ação Social no município

Tipologia	2004	2010	2015
Creche	18	19	18
Pré-Escolar	48	0	0
Centro de ATL	18	12	13
Lar de Infância e Juventude	2	2	2
Centro de Acolhimento Temporário	1	1	1
Centro de Atividades Ocupacionais	0	1	1
Centro de Dia	6	6	6
Centro de Convívio	0	1	0
Lar de Idosos	3	4	7
Lar Residencial	0	1	1
Serviço Apoio Domiciliário	6	6	9
Centro Comunitário	2	1	2
Centro de apoio à vida	0	1	1
Comunidade de Inserção	0	1	1
Agência para a Vida Local	0	1	1

Fonte: CMV

5.4.3. Saúde

O município de Valongo agrega no seu território dois hospitais gerais, um em Valongo (público) e outro em Ermesinde (público-privado); três centros de saúde sem internamento: um em Ermesinde e dois em Valongo, sendo estes três, da responsabilidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III – Maia/Valongo, da Administração Regional de Saúde do Norte. A complementar a rede existem 5

unidades de saúde familiar, em Santa Justa (Valongo), Ermesinde, Valongo, Bela Saúde (Ermesinde), Alfena e Campo, esta última como Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados.

De referir também, a existência de farmácias de 18 farmácias, no ano de 2016, sendo que, em 2001, só existiam 14, segundo o INE.

Como alternativa ao setor público, existem 2 instituições privadas de saúde (clínicas de cuidados médicos especializados e laboratórios de análise clínicas), localizando-se, predominantemente em Alfena no Hospital Trofa Saúde.

5.5. Edificado e Habitação

O município é caracterizado por uma morfologia urbana associada ao processo de expansão urbana de carácter metropolitano, inerente à sua proximidade com a AMP e à existência de infraestruturas de transporte de grande escala, como o comboio e as autoestradas. Tal situação define um município constituído por três grandes conjuntos densamente construídos, designadamente Ermesinde (o maior), Valongo, Alfena e dois de menor dimensão, Campo e Sobrado.

Segundo o INE, o número de edifícios e de alojamentos apresenta um crescimento positivo na maioria das freguesias do município; apenas Ermesinde apresenta uma regressão do número de edifícios de 2%. Nos alojamentos a realidade já é diferente visto que o crescimento médio por freguesia é de 18%, sendo de sublinhar o forte crescimento que Valongo apresenta durante esse período.

Tabela 11 Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesia	Edifícios		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos		Taxa de Crescimento (%)
	2001	2011		2001	2011	
Alfena	3 309	3 641	9%	5 238	6 226	16%
Ermesinde	6 589	6 448	-2%	15 307	17 413	12%
Valongo	3 534	4 169	15%	7 821	10 791	28%
U.F. de Campo e Sobrado	3 814	4 217	10%	5 104	6 015	15%

Fonte: INE

Tabela 12 Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesias	Alojamentos Familiares Clássicos		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos Familiares Clássicos (com condições)		Alojamentos com condições	
	2001	2011		2001	2011		
Alfena	5219	6216	16%	4337	5290	83%	85%
Ermesinde	15214	17383	12%	12870	14699	85%	85%
Valongo	7785	10778	28%	6047	8620	78%	80%
U.F. de Campo e Sobrado	5340	6006	11%	4472	5163	84%	86%

Fonte: INE

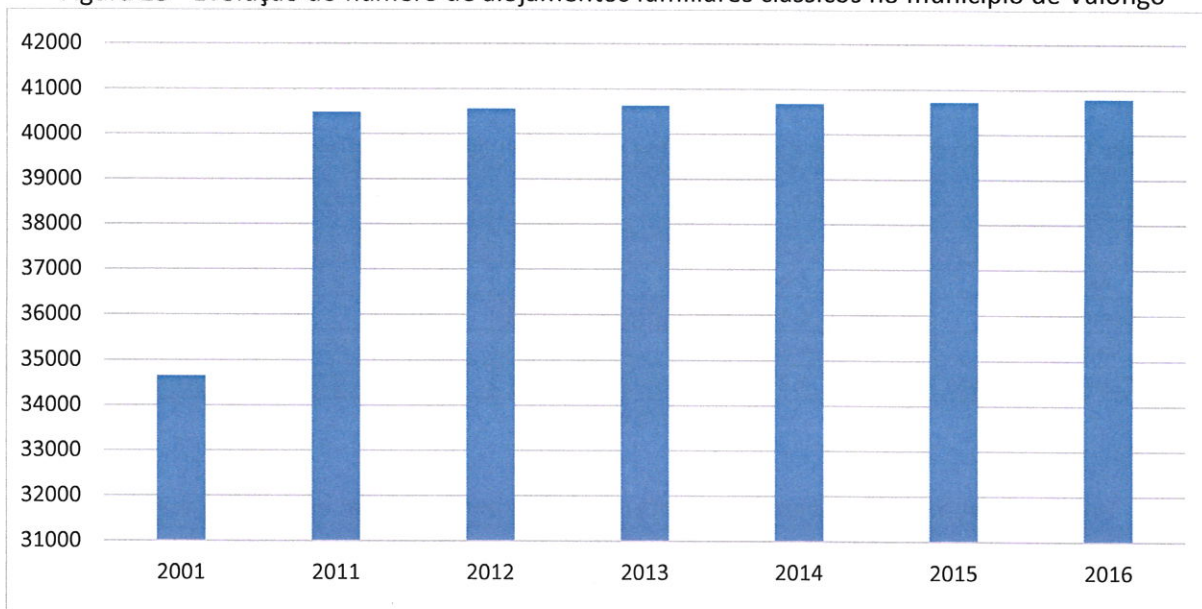
As condições⁶ do edificado e dos alojamentos têm evoluído de forma positiva em todas as freguesias, sendo de referenciar a melhoria nas freguesias de Valongo e da U.F. de Campo e Sobrado, confirmada pela tabela seguinte.

No período pós-censitário, segundo o INE, o número de alojamentos clássicos familiares existentes é de aproximadamente 40 793, crescendo apenas 1% face a 2011. Mantêm-se a maior percentagem de alojamentos nas freguesias de Valongo e Ermesinde, muito embora se tenha assistido a um crescimento em Alfena.

O crescimento residual do número de fogos pós 2011 (cerca de 310 novos alojamentos em 5 anos) está em linha com o contexto regional e nacional, onde se verificou um abrandamento da construção nova; de facto, entre 2011 e 2016 existiu uma diminuição de cerca de 60 no número de edifícios concluídos. Salvaguarde-se no entanto o aumento do número de edifícios licenciados entre 2014 e 2016 de cerca de 36%, o que poderá representar um ponto de viragem na relativa estagnação ao nível da oferta de habitação.

Nos quadros apresentados de seguida pode interpretar-se uma dinâmica imobiliária ténue, onde o fenómeno da reabilitação não tem ainda representatividade, uma vez que cerca de 76% do total dos edifícios licenciados respeitam a nova construção.

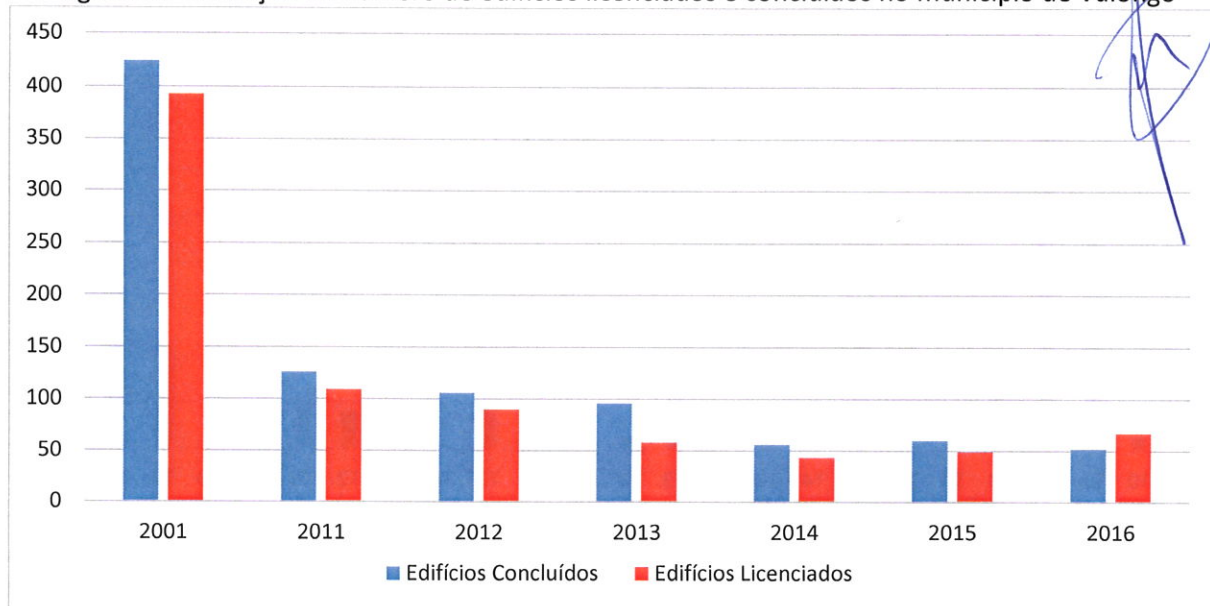
Figura 25 Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no município de Valongo



Fonte: INE

⁶ Subentende-se por condições a existência de eletricidade, água, retrete, banho, duche e aquecimento nos alojamentos.

Figura 26 Evolução do número de edifícios licenciados e concluídos no município de Valongo



Fonte: INE

Tabela 13 N.º de edifícios conforme as novas construções e ampliações, alterações ou reconstruções no município de Valongo

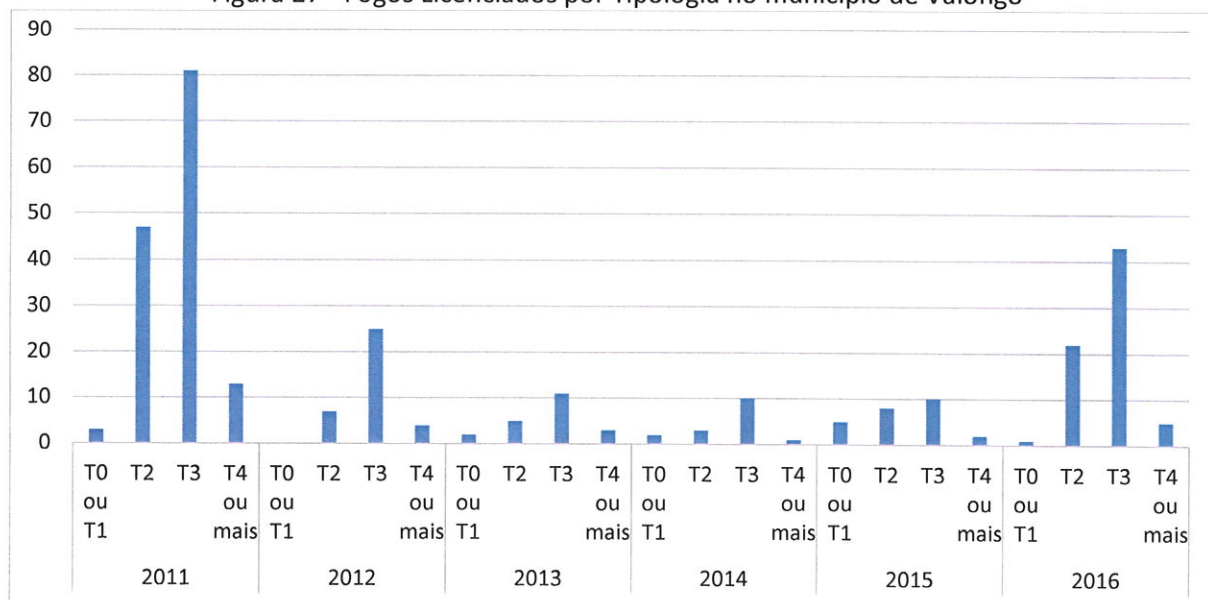
Edifícios Concluídos	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções
2011	126	111	15
2012	106	70	36
2013	96	65	31
2014	56	34	22
2015	60	39	21
2016	52	35	17

Edifícios Licenciados	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções	Demolição
2001	393	338	51	4
2011	109	87	20	2
2012	90	48	41	1
2013	58	34	23	1
2014	43	22	20	1
2015	49	36	12	1
2016	67	50	14	3

Fonte: INE

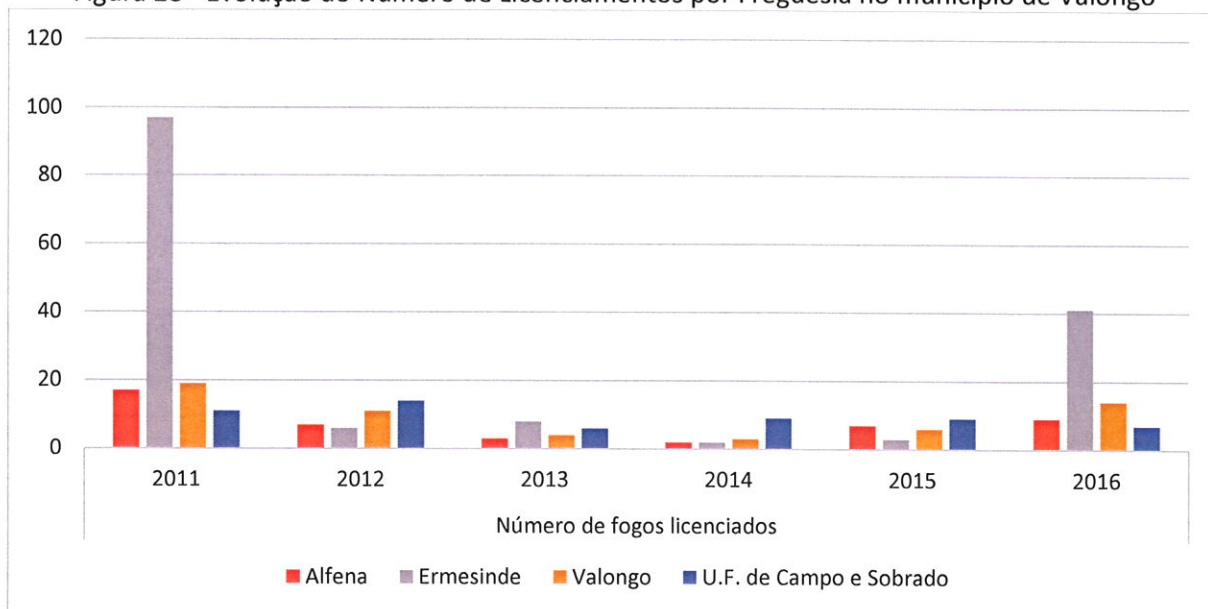
Por sua vez, a dinâmica do mercado imobiliário encontra-se associada à valorização do parque edificado proporcionado pela recente alteração legislativa, bem como à aposta na reabilitação dos centros urbanos, na construção de tipologias familiares e na valorização do fator centralidade do imóvel, tendo em conta serviços, equipamentos, transportes públicos e espaços de utilização coletiva.

Figura 27 Fogos Licenciados por Tipologia no município de Valongo



Fonte: INE

Figura 28 Evolução do Número de Licenciamentos por Freguesia no município de Valongo



Fonte: INE

Atendendo ao número de fogos licenciados existe um crescimento bastante significativo em Ermesinde, mas é de referir que, em 2012, 2013, 2014 e 2015, as freguesias ditas rurais do município, nomeadamente U.F. de Campo e Sobrado e de Alfena foram as que apresentaram um maior crescimento, o que se poderá dever à eventual existência de terrenos mais acessíveis para a construção

nestas freguesias e, sobretudo, a uma forte diminuição da oferta nas restantes freguesias, em linha com o contexto regional e nacional de diminuição da procura de nova habitação.

A partir de 2016 verifica-se uma nova dinâmica do mercado imobiliário, influenciada pela conjuntura metropolitana com uma forte valorização do custo do m2 no núcleo central da AMP, o que levou a uma maior procura nos municípios vizinhos, como Valongo.

Relativamente à idade do edificado, a figura 29 permite identificar as freguesias com os valores mais elevados em termos de idade média do edificado, que são Ermesinde e Valongo, esta última com um parque edificado associado ao núcleo primitivo aí existente, bem como a extensão da urbanização ao longo do Vallis Longus. De referir que a idade média do município é de 34 anos, no ano de 2011.

Figura 29 Idade Média do Edificado no município de Valongo

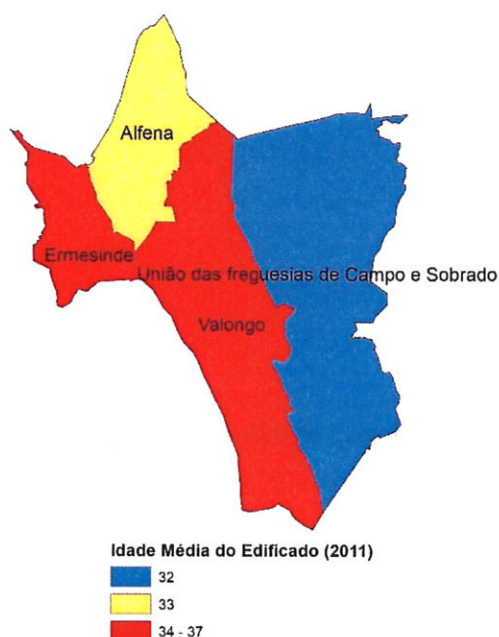


Figura 30 Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011



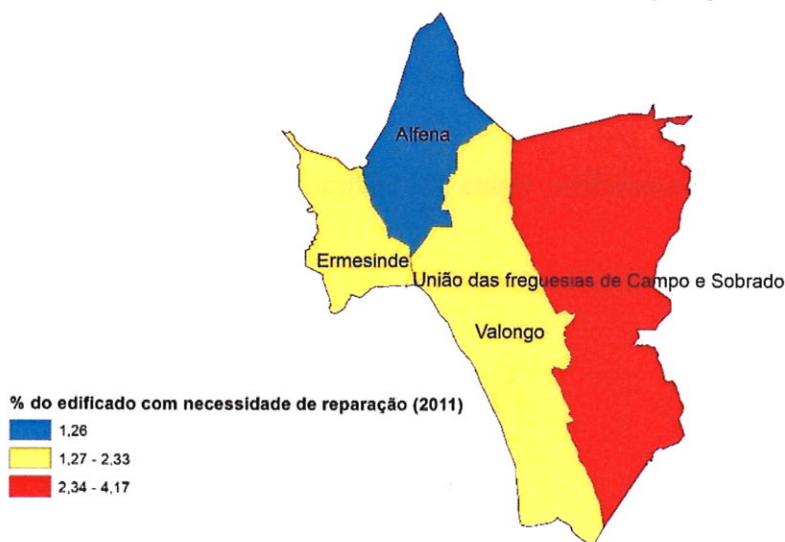
Fonte: INE

Segundo o INE, o período de construção mais intenso ocorreu durante o período de 1971-1980 e 1981-1990, demonstrando que os edifícios com idades próximas dos 34 anos são coincidentes com este período de maior crescimento da construção de edificado.

De salientar ainda que mais de metade do edificado tinha 22-29 anos à data de 2011, tendo nos dias de hoje aproximadamente 30-34 anos.

No que respeita às necessidades de reparação do edificado, o facto do parque edificado ter bastantes áreas de expansão recente faz com que as maiores percentagens de edificado com necessidade de reparação se localizem na freguesia de carácter mais rural, o que pode também ser explicado pelo abandono do edificado com matriz mais agrícola e pela dinâmica de aproximação ao núcleo mais central da metrópole.

Figura 31 Edificado a necessitar de reparação no município



Fonte: INE

Ao nível da habitação social, Valongo contém na atualidade 1141 fogos, distribuídos por 157 edifícios.

Tabela 14 Conjuntura da Habitação Social no município

Indicador		2012	2015	Taxa de Crescimento (%)
Despesa com o parque habitacional social		0,00 €	210.300,00 €	100%
Fogos de Habitação Social	Fogos	697	1141	39%
	Fogos Vagos	16	25	36%
	Fogos Atribuídos	17	30	43%
	Fogos Arrendados	681	1116	39%
	Fogos com certificação energética	0	1119	100%
Edifícios de Habitação Social		48	157	69%
Renda e Valor	Valor médio das rendas de habitação Social	55,00 €	57,00 €	4%
	Arrendamento apoiado	0	30	100%
	Renda apoiada	681	1051	35%
	Renda social	0	35	100%

Fonte: INE

Na atualidade, o município encontra-se num processo de expansão da oferta de habitação social. Segundo o INE, entre o ano de 2012 e 2015, todos os indicadores apresentados neste domínio de análise estão a aumentar. O indicador que menos cresceu foi o valor médio das rendas, dos 55€ em 2012 e os 57€ em 2015.

5.6. Ambiente

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) enquadra como componente de política pública a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão adequada do ambiente de forma a proporcionar aos habitantes bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida (cf. Art.º 2.º).

Nos pontos seguintes faz-se um enquadramento de diversos indicadores ambientais com vista a perceber a evolução deste tema no período de vigência do Plano.

5.6.1. Clima⁷:

- Classificação Climática de Koppen para a área envolvente ao município de Valongo: Csb (IPMA, 2017), clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e pouco quente;
- Temperatura Média: 12.63ºC (PC, 2017);
- Precipitação Média Acumulada: 1895.7 mm (PC, 2017);
- Amplitude Média: 8.4ºC (PC, 2017);
- Risco de Incêndio: Extremo: 3.8 dias/ Elevado: 19.4 dias/ Moderado: 40 dias/ Baixo: 302.8 dias (PC, 2017).

5.6.2. Água

Elemento básico para a sobrevivência humana, mas também para a possibilidade de desenvolver atividades num território. A água apresenta uma conjuntura positiva no município.

Analisando, indicadores como a taxa de cobertura de abastecimento e de drenagem de águas residuais, eles apresentam uma taxa de 99%, segundo a CMV. Inclusive, o tratamento de águas residuais cobre a totalidade do município, com um serviço assegurado por duas ETAR, nomeadamente Campo e Ermesinde, com capacidade de tratamento para 122 000 habitantes.

No que se refere à servidão dos alojamentos com água da rede pública existe uma diminuição média de 2%/ano. Sendo, a freguesia de Ermesinde, a que perdeu mais alojamentos sem rede de água pública, facto também interpretado pela diminuição do número de alojamentos nesta freguesia – consultar capítulo do Edificado e Habitação.

⁷ Valor Referente à NUT III da Área Metropolitana do Porto.

Ao nível dos alojamentos ligados aos sistemas de drenagem de águas residuais é possível encontrar uma realidade em crescendo, em média 2%/ano. Refletindo o cuidado, cada vez maior, com a qualidade da água depois do consumo – consultar tabela seguinte.

Tabela 15 Alojamentos com água da rede pública

Zona geográfica	2015 (ano 0)	2016	2017	Taxa de Crescimento (2015/2017)
Freguesia de Alfena	5401	5515	5283	-2%
U.F. de Campo e Sobrado	4459	5093	4465	0%
Freguesia de Ermesinde	16973	16572	16424	-3%
Freguesia de Valongo	10288	10000	10054	-2%
Total (Município)	37121	37180	36226	-2%

Fonte: BeWater

Tabela 16 Alojamentos ligados aos sistemas de drenagem de águas residuais

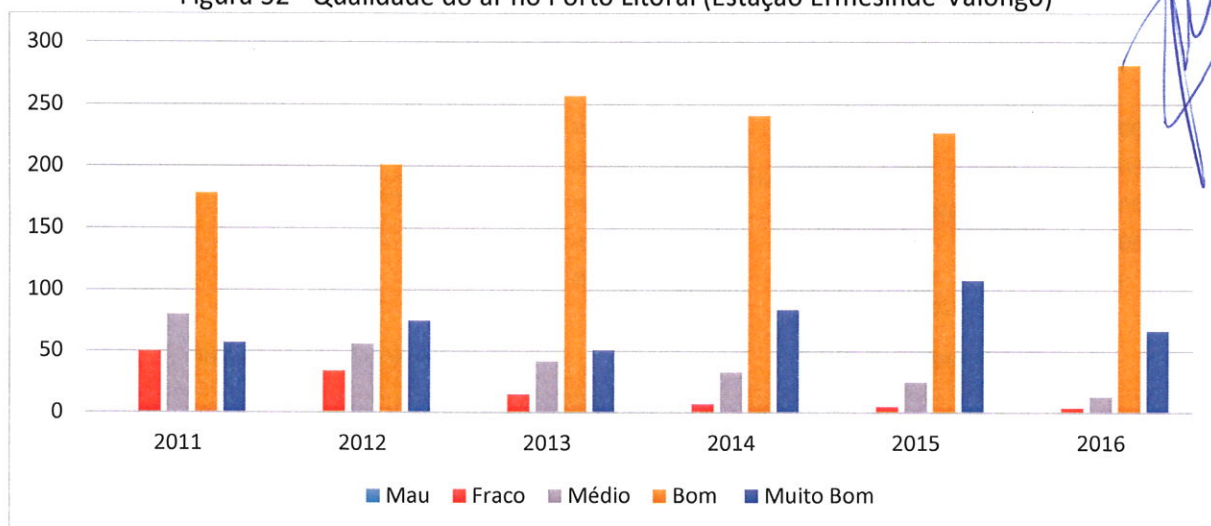
Zona geográfica	2015 (ano 0)	2016	2017	Taxa de Crescimento (2015/2017)
Freguesia de Alfena	5404	5450	5493	2%
U.F. de Campo e Sobrado	4856	4912	4968	2%
Freguesia de Ermesinde	16371	16546	16603	1%
Freguesia de Valongo	9784	9906	9996	2%
Total (Município)	36415	36814	37060	2%

Fonte: BeWater

5.6.3. Qualidade do Ar

O carácter urbano do município faz com que a poluição causada pela pressão urbana seja maior do que em áreas marcadamente rurais. No entanto, não existem valores específicos para o município, pelo que são apresentados os valores para o território de referência. De sublinhar a diminuição de dias médios, dos 80, em 2011, para os 13 de 2016, em detrimento do aumento do número de dias bons, tal como se constata na figura.

Figura 32 Qualidade do ar no Porto Litoral (Estação Ermesinde-Valongo)



Fonte: APA

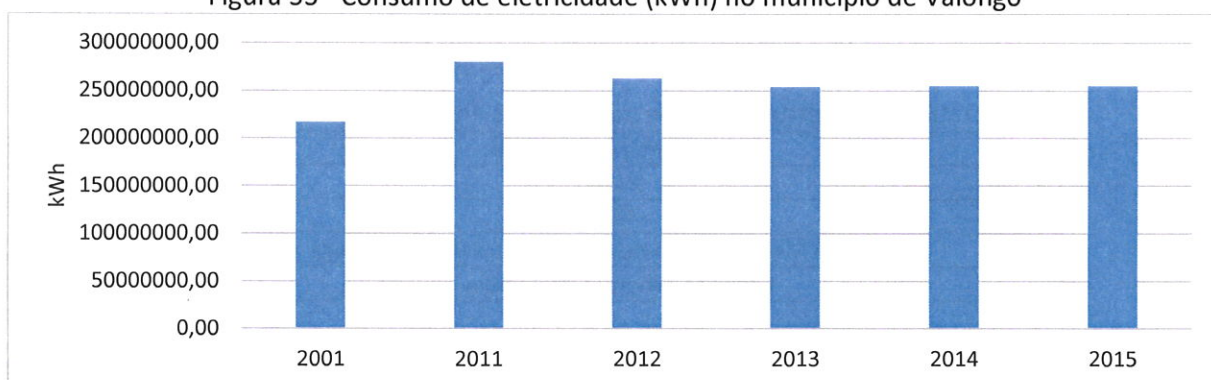
5.6.4. Resíduos

As características urbanas do município são também evidenciadas pelo consumo energético e de produção de resíduos, também é possível verificar nas figuras seguintes:

Existe uma estabilização ao nível do consumo, possivelmente associada ao facto do período em análise (2011 e 2015) corresponder a um período de crise económica, mas também ao facto de existir uma tendência de estabilização da população. Contudo, é também expectável que a difusão das boas práticas ambientais permita uma maior racionalização do consumo energético.

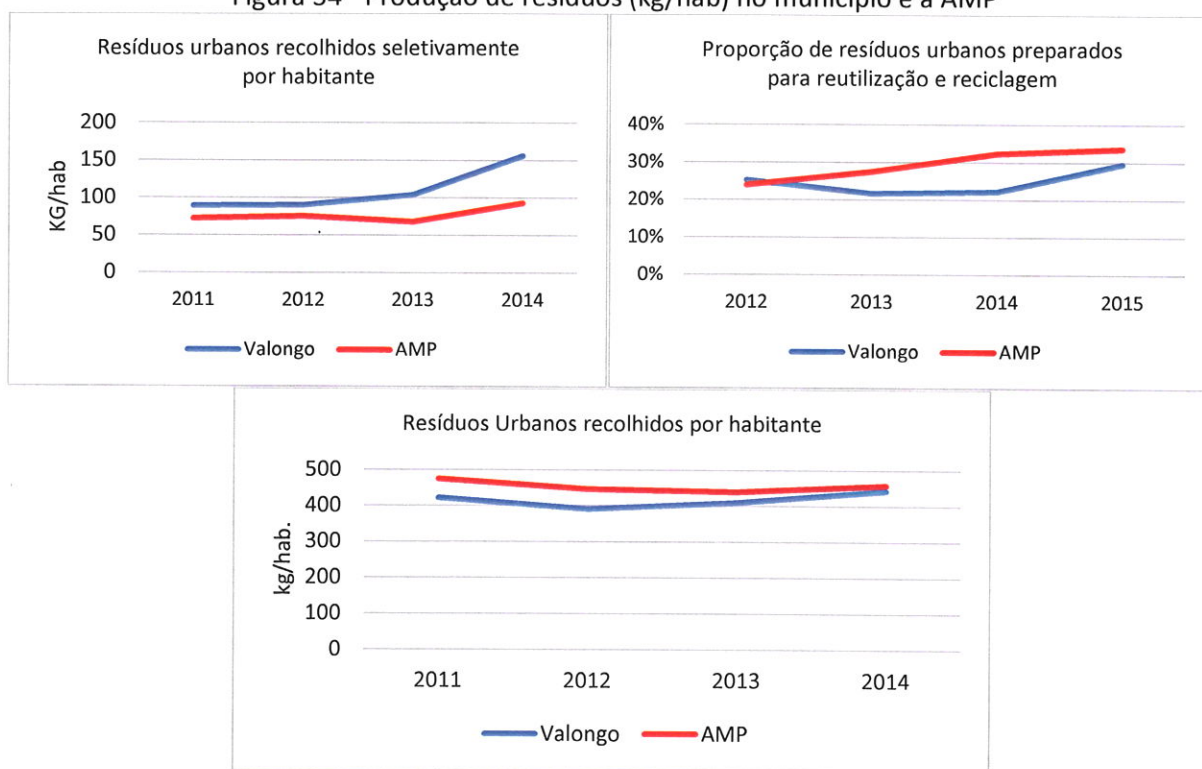
Relativamente à produção de resíduos mantém-se a tendência de aumento, decorrente da alteração de hábitos de consumo. Contudo, a recolha seletiva dos resíduos é uma realidade bem-sucedida, e os valores de recolha de resíduos encontram-se na média do contexto regional.

Figura 33 Consumo de eletricidade (kWh) no município de Valongo



Fonte: INE

Figura 34 Produção de resíduos (kg/hab) no município e a AMP



Fonte: INE

5.6.5. Ruído

As fontes geradoras de ruído no município têm origem no espaço urbano, nas zonas industriais e nos eixos viários. O zonamento acústico estabelecido no PDM teve em conta os limites definidos pelo Regulamento Geral do Ruído.

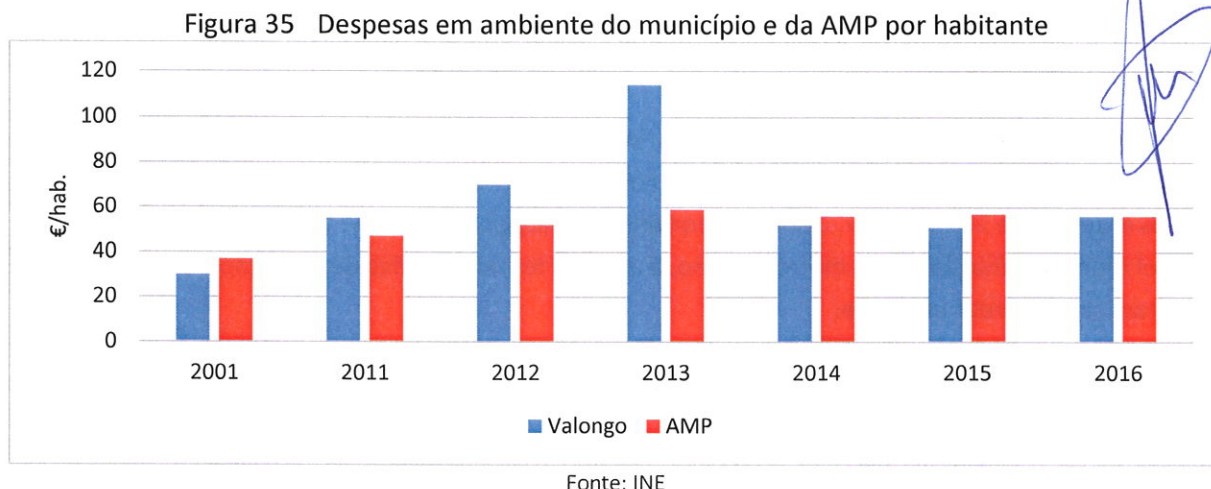
5.6.6. O Ambiente enquanto componente do ordenamento

Na tabela seguinte apresentam-se os instrumentos de política ambiental com incidência no município, muitos dos quais estão integrados no PDM como forma de operacionalização das suas propostas.

Tabela 17 Instrumentos de política ambiental no município

Plano Diretor Municipal
RAN
REN
PROF-Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga
Espécies Arbóreas Protegidas
Rede Natura 2000
PGRH Cávado, Ave e Leça e Douro
Serras do Porto

Fonte: PDMV



O investimento municipal no ambiente tem vindo a aumentar desde 2015, após uma forte redução em 2014, e encontra-se agora em linha com a média da AMP.

5.6.7. Incêndios

A existência de áreas significativas de ocupação florestal, conjugada com a falta de gestão de matas e florestas, o absentismo das propriedades florestais, a desestruturação do mundo rural e o uso do fogo para renovação de pastagens, associadas a fenómenos climáticos que propiciam a ocorrência e propagação de fogos florestais, tem vindo a aumentar a preocupação com esta questão (Lourenço, L., et al., 2011).

De acordo com a figura 36, a área ardida no município tem vindo a aumentar, em especial em 2015/2016.

Efetuando a correlação entre as temperaturas e o nível de precipitação desses anos encontra-se uma situação de aumento da temperatura perante a norma climatológica de 1971/2000, mas também uma diminuição da precipitação em 2015, o que indicia um maior risco nesses anos face à situação meteorológica

Todavia, o número de incêndios tem sofrido um comportamento que instável ao longo dos anos mas que, é caracterizador de uma conjuntura nacional e mediterrânica onde no período correspondente à estação seca ou em anos secos, a vegetação se encontra num adiantado processo de dessecação (Lourenço, L., et al., 2011), contribuindo para o desenvolvimento deste fenómeno.

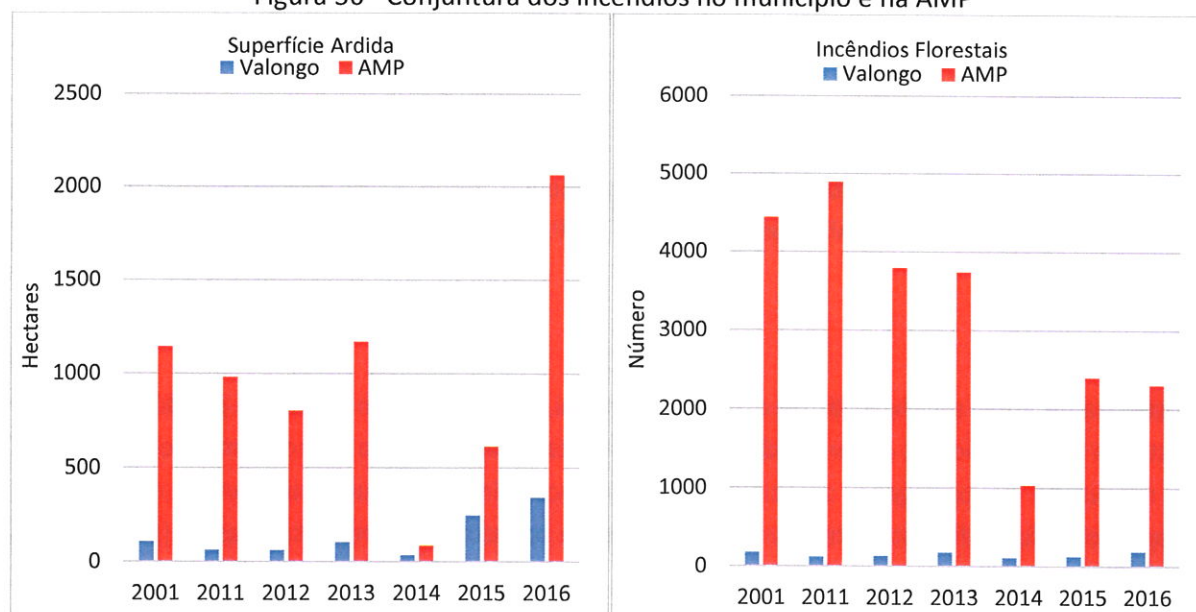
A análise dos dados existentes permite inferir que a incidência dos fogos florestais está a aumentar, em termos de dimensão e recorrência. É possível confirmar esta realidade quando, até ao ano de 2014, os incêndios eram de pequenas proporções, existindo desde 2015 e 2016 um aumento de 90% do número de incêndios, quando comparado com 2014. Em 2017 o número de incêndios diminuiu, mas a sua



dimensão é significativamente superior aos demais anos, embora, em 2016, existam incêndios de semelhantes proporções.

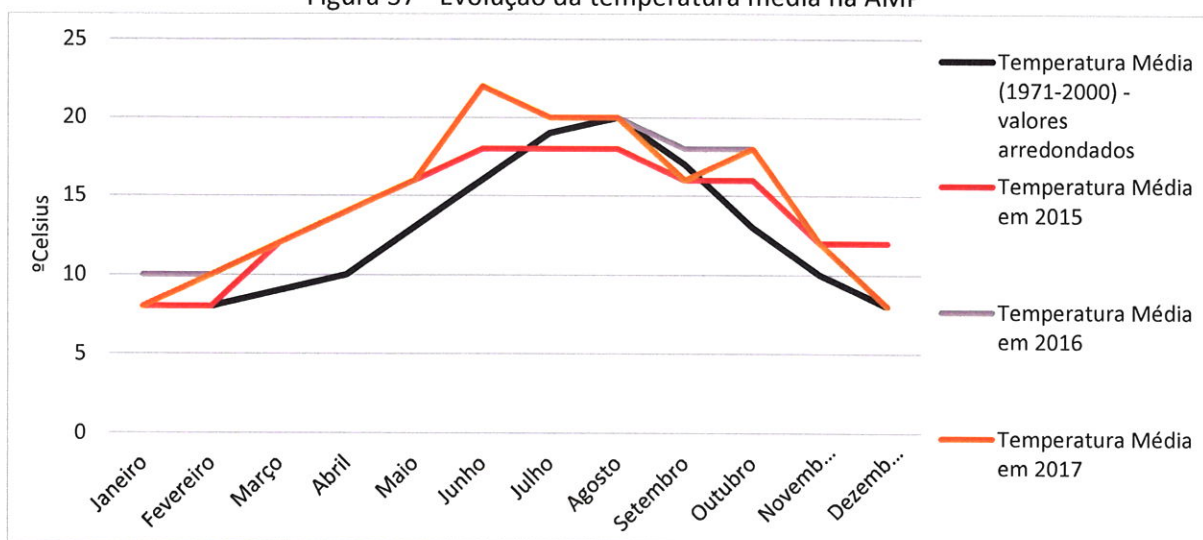
Outra questão importante relacionada com os incêndios que afeta particularmente o concelho de Valongo tem a ver com a área integrada em regimes de salvaguarda, como a Rede Natura, da qual cerca de 32% ardeu entre 2011 e 2017. Dada a importância estratégica do Parque das Serras do Porto, não só ao nível municipal mas também metropolitano, é urgente tomar medidas de proteção e prevenção que permitam salvaguardar esta área.

Figura 36 Conjuntura dos incêndios no município e na AMP



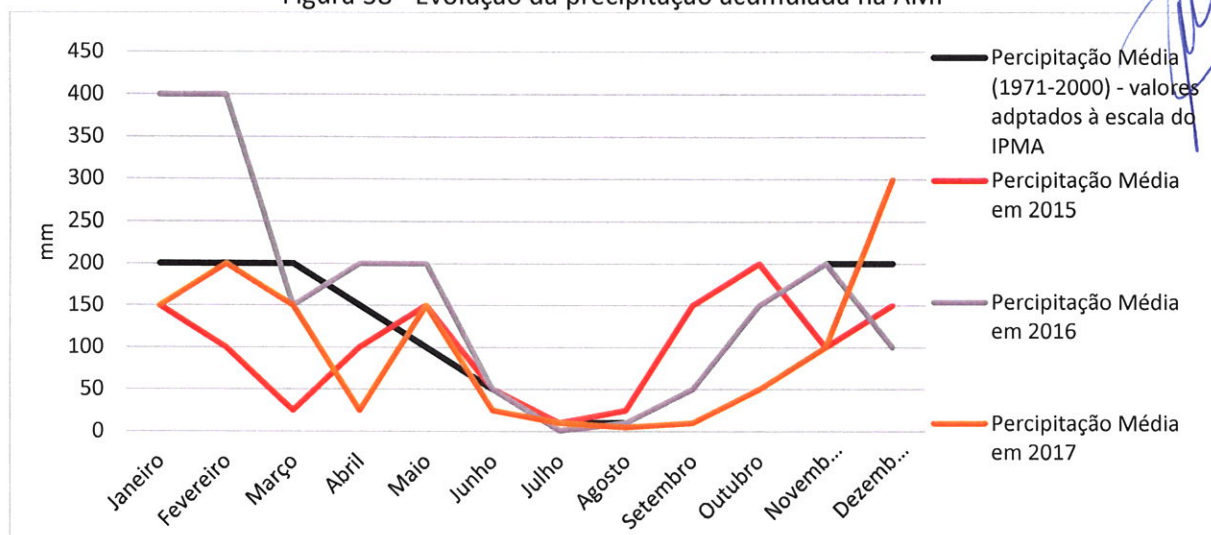
Fonte: INE

Figura 37 Evolução da temperatura média na AMP



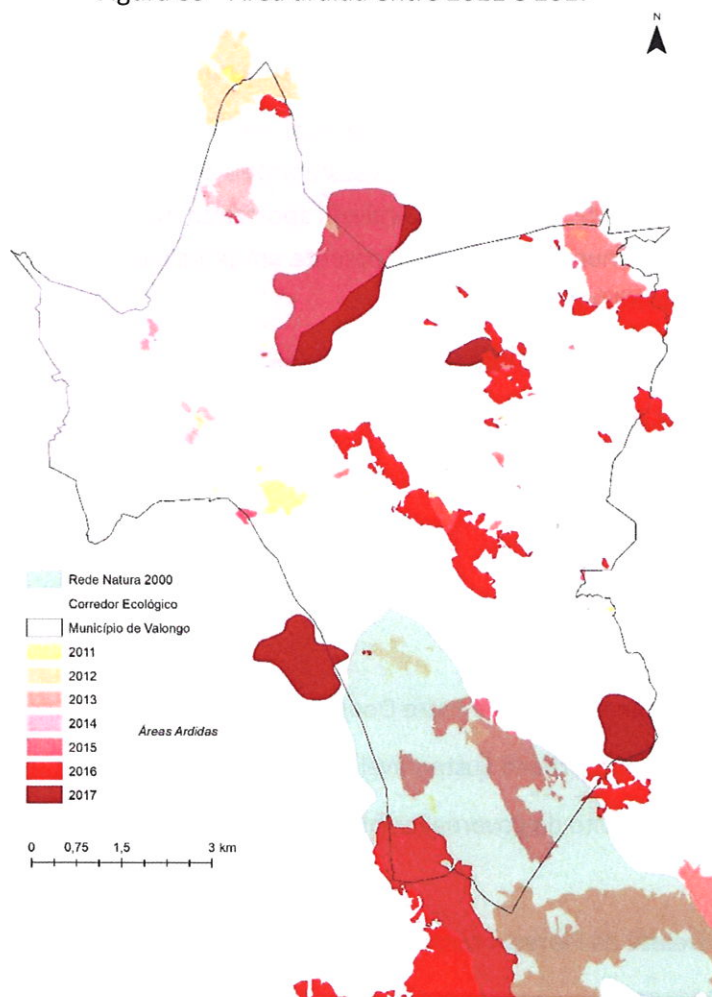
Fonte: IPMA e PC

Figura 38 Evolução da precipitação acumulada na AMP



Fonte: IPMA e PC

Figura 39 Área ardida entre 2011 e 2017



Fonte: ICNF



5.7. Património

O património no município de Valongo divide-se em três tipos, o património arquitetónico, arqueológico e o natural, de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 6 de setembro. A preservação do valiosíssimo património natural, construído e cultural existente (PDMV, 2015) é parte essencial na promoção da imagem e da identidade locais, numa perspetiva de promoção do concelho do ponto de vista económico e turístico.

De acordo com as Fichas de Património constantes no PDM, estão listados 120 valores patrimoniais, mais 15 geológicos e 2 espaços biológicos.

5.8. Planeamento

Esta secção do relatório debruça-se sob o desenvolvimento e execução das estratégias propostas pelo PDMV (2015) e pelos restantes IGT com incidência no município. Esta avaliação passa por identificar o que foi concretizado até ao momento, apontando, quando possível, as causas para a não concretização das restantes propostas, as quais poderão ter origem interna ou externa.

Neste contexto, interessa perceber a articulação entre as diferentes estratégias setoriais, identificando lógicas de coordenação para a criação de padrões sustentáveis de desenvolvimento. Este desígnio exige plataformas de governança de geometria variável, apostando na diversificação de agentes e de estruturas administrativas e numa coordenação assente em princípios de flexibilidade na forma como gerir e intervencionar o território.

Os IGT em vigor no município de Valongo são os seguintes:

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas;
- Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Plano Rodoviário Nacional 2000;
- PGRH do Douro;
- PGRH do Cávado, Ave e Leça;
- PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP;
- Ações desenvolvidas no âmbito da governança metropolitana;
- PDMV;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Carta Educativa de Valongo;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Valongo;

- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão;
- Áreas de Reabilitação Urbana.

Seguidamente faz-se a apresentação e a avaliação dos planos/programas para os quais foi possível obter informação.

5.8.1. Programa Nacional para as Alterações Climáticas

O desafio imposto pelas alterações climáticas tem estado cada vez mais presente na definição das políticas públicas, sendo disso exemplo a publicação do 5.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e a Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que estabelece metas para a redução dos gases com efeito de estufa (GEE), para valores -18% a -23%, em 2020, e de -30% a -40%, em 2030, face aos valores de 2005.

Para a prossecução destes objetivos é essencial o envolvimento dos principais agentes emissores de GEE. Tendo em conta que as cidades, a par das áreas industriais, são as áreas que mais contribuem para o aumento dos GEE, a implementação de medidas de redução de emissões nestas áreas é decisiva para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Listam-se de seguida os diversos programas que têm subjacentes medidas de redução de emissões:

- Compromisso para o Crescimento Verde (CCV);
- Reforma para a fiscalidade verde (RFV);
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE);
- Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER);
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020);
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos de 2014-2020 (PNGR);
- PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais;
- Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 (PDR 2020);
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF);
- Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020);
- Plano Estratégico Transportes e Infraestruturas (PETi3+);
- Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020;
- Estratégia Nacional de Especialização Inteligente para a Investigação e Inovação.

Tabela 18 Eixos e opções Políticas e Medidas Identificadas

Política Setorial	Vetores de Atuação e Medidas
Transporte e Mobilidade	Gestão da Mobilidade - Gestão dos consumos de energia das frotas de transporte de passageiros e mercadorias Transporte de média e longa distância - Redução da intensidade carbónica do sistema de transporte de passageiros - Promoção do uso do transporte público (transferência modal) visando um aumento de 2% ao ano de passageiros transportados por km - Transferência modal para o transporte ferroviário de mercadorias em percursos com mais de 200km - Redução intensidade carbónica do sistema de transporte de mercadorias - Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a via marítima Transportes urbanos e suburbanos - Redução da intensidade carbónica do sistema de transportes e logística urbana - Promoção do uso do transporte público visando um aumento de 2% dos passageiros transportados por km - Promoção da mobilidade suave Tecnologia - Adoção de tecnologias de baixo carbono nas frotas de transporte público e privados de passageiros e mercadorias - Promoção da mobilidade elétrica - Promover a utilização de biocombustíveis de 2.ª e 3.ª geração - Fomentar o desenvolvimento de postos de abastecimento de combustíveis limpos - Promoção da pesca como atividade mais eficaz e eficiente, incluindo o desenvolvimento de sistemas de propulsão e conceção de cascos alternativos e a substituição ou modernização de motores principais ou auxiliares. Comportamentos - Promoção da ecocondução - Promoção do recurso a novas tecnologias para induzir comportamentos de mobilidade sustentável - Redução das necessidades de deslocação - Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana
Residencial e serviços	Tecnologias Passivas e Ativas - Redução das necessidades para climatização através da reabilitação de superfícies envidraçadas e do isolamento eficiente - Promoção da produção e autoconsumo de energia renovável - Sistema de Eficiência nos Edifícios Tecnologias de Uso Final - Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes, designadamente para aquecimento ambiente - Promoção de iluminação eficiente - Promoção de equipamentos mais eficientes Comportamentos - Orientação das decisões de consumo para opções por equipamentos domésticos e de escritório e por soluções de climatização mais eficientes - Promoção de comportamentos mais racionais e eficientes no uso de equipamentos e serviços de energia
Indústria	Tecnologia

Política Setorial	Vetores de Atuação e Medidas
	- Medidas transversais para promoção da adoção de tecnologias mais eficientes e quatro grupos de atuação tecnológica: Motores elétricos, Produção de calor e frio, Iluminação, Outras medidas para a eficiência energética do processo industrial - Promover a cogeração de alta eficiência - Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no mix energético das indústrias transformadoras - Promover as fontes de energia renovável - Processos - Promoção da eficiência nos processos industriais – medidas específicas para determinados setores industriais - Gases fluorados - Implementação do Regulamento dos gases fluorados - Outros - Medidas de apoio para os efeitos indiretos do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, aplicado a setores expostos a fugas de carbono e em cumprimento das regras de auxílios de Estado definidas a nível comunitário
Resíduos e Águas Residuais	Resíduos Urbanos - Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos - Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis - Redução da deposição de Resíduos Urbanos em aterro - Valorização económica e escoamento dos recicláveis e subprodutos do tratamento dos resíduos urbanos - Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais - Consolidar e otimizar a rede de gestão de resíduos - Promover o fecho dos ciclos dos materiais e aproveitamento da energia em cascata Águas Residuais - Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água Melhoria da qualidade dos serviços prestados - Otimização e gestão eficiente dos recursos
Agricultura	Efluentes da Pecuária - Criação de sistemas de tratamento de efluentes mais eficientes - Reforço da implementação do Regime de Exercício da Atividade Pecuária, nomeadamente do respetivo sistema de informação - Monitorização dos Gases de Efeito de Estufa nos sistemas de monitorização das políticas e medidas com vista à melhoria do desempenho ambiental do setor pecuário, recorrendo a metodologias compatibilizadas com o inventário de emissões e no âmbito do Regime de Exercício da Atividade Pecuária Fertilizantes - Reforço da adoção (e conhecimento) de boas práticas agrícolas - Incentivo à redução da utilização de fertilizantes azotados, tendo como referencial o Código de Boas Práticas Agrícolas - Monitorização dos Gases de Efeito de Estufa nos sistemas de monitorização das políticas e medidas de incentivo à redução da utilização de fertilizantes azotados (tendo por referencial o Código de Boas Práticas Agrícolas, recorrendo a metodologias compatibilizadas com o inventário de emissões. Gestão dos consumos de energia - Promoção da eficiência energética no quadro das orientações estabelecidas no Programa de Desenvolvimento Rural



Política Setorial	Vetores de Atuação e Medidas
	Promoção da produção e utilização de fontes de energia renovável no quadro das orientações estabelecidas no Programa de Desenvolvimento Rural incentivos à produção pelo setor de energia renovável a partir do biometano e de biomassa
Uso do Solo e Florestas	Florestas Florestais - Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais Resistência e Resiliência - Aumentar a resistência da floresta a agentes bióticos Floresta e Gestão de áreas florestais - Aumentar a área florestal (continua na página seguinte) - Melhorar o desempenho da área florestal existente Solos - Conservar, restaurar e melhorar os solos agrícolas e florestais Energia - Promover o uso da biomassa florestal residual para energia - Promover o uso de produtos florestais como substitutos de matérias-primas de origem fóssil - Informação e monitorização - Apoiar a recolha e atualização periódicas de informação de base
Investigação, Desenvolvimento e Inovação	I&D - Inovação e desenvolvimento de tecnologias, práticas, produtos e serviços de baixo carbono em todos os setores de atividade - Prossecução do apoio à participação nos mecanismos NER 300 e NER 400 - Prossecução do apoio à participação nos Programas Horizon 2020 e LIFE - Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional de observação e conhecimento dos sistemas integrados na atmosfera-oceano
Conhecimento, Informação e Sensibilização	- Capacitação (educação e formação) em mitigação das alterações climáticas e economia de baixo carbono - Aprofundar o conhecimento em mitigação de alterações climáticas e economia de baixo carbono - Desenvolvimento de planos e estratégias de baixo carbono; contabilização e reporte de emissões pelos setores de atividade; certificações de baixo carbono - Dinamização da participação de organizações em ações de promoção e divulgação de boas práticas e redes de partilha de informação com objetivos de baixo carbono - Promoção de ações de sensibilização para comportamentos de baixo carbono
Fiscalidade Verde	- Taxa de Carbono: tributação do carbono nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão com uma taxa indexada ao preço do carbono nos setores abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão - Incentivos à mobilidade elétrica através de medidas com impacto no IRS, IRC e IVA, bem como devolução do ISV ou atribuição de subsídio mediante a compra de veículos elétricos ou híbridos plug-in novos - Agravamento das taxas do ISV em função das emissões de CO₂ - Regime fiscal mais favorável aos prédios destinados à produção de energia renovável.
Administração Pública	Mobilidade e transportes - Plano de mobilidade sustentável na Administração Pública, desenvolvido em torno dos pilares "Gestão da Mobilidade", "Tecnologia" e "Comportamentos", tendo em vista atingir a redução de 20% das emissões da frota em 2030 Edifícios - Descarbonização do parque de edifícios do Estado - Promoção da adoção de soluções easy wins Compras públicas

Política Setorial	Vetores de Atuação e Medidas
	Implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas enquanto catalisador da transição para uma administração pública de baixo carbono
Cidades Sustentáveis	Gestão da mobilidade - Redução da intensidade carbónica do sistema de transportes e logística urbana - Promoção do uso do transporte público, visando um aumento de 2% ao ano de passageiros transportados por km - Promoção da mobilidade suave - Promoção da mobilidade elétrica Residencial e Serviços - Redução das necessidades de energia para climatização através da reabilitação de superfícies envidraçadas e do isolamento eficiente - Promoção da produção e autoconsumo de energia renovável - Sistema de Eficiência Energética nos Edifícios - Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes, designadamente para aquecimento ambiente - Promoção de iluminação eficiente - Promoção de equipamentos mais eficientes Conhecimento, informação e sensibilização - Desenvolvimento de planos e estratégias de baixo carbono; contabilização e reporte de emissões pelos setores de atividade; certificações de baixo carbono - Dinamização da participação de organizações em ações de promoção e divulgação de boas práticas e redes de partilha de informação com objetivos de baixo carbono Ordenamento do Território e Urbanismo - Utilização sustentável e racional do território, minimizando a emissão de gases com efeito de estufa e intensificando a sua remoção por sumidouros. - Planeamento, gestão do ambiente e ambiente urbano - Regenerar e revitalizar os centros urbanos, tendo em conta critérios de sustentabilidade

Fonte: Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015

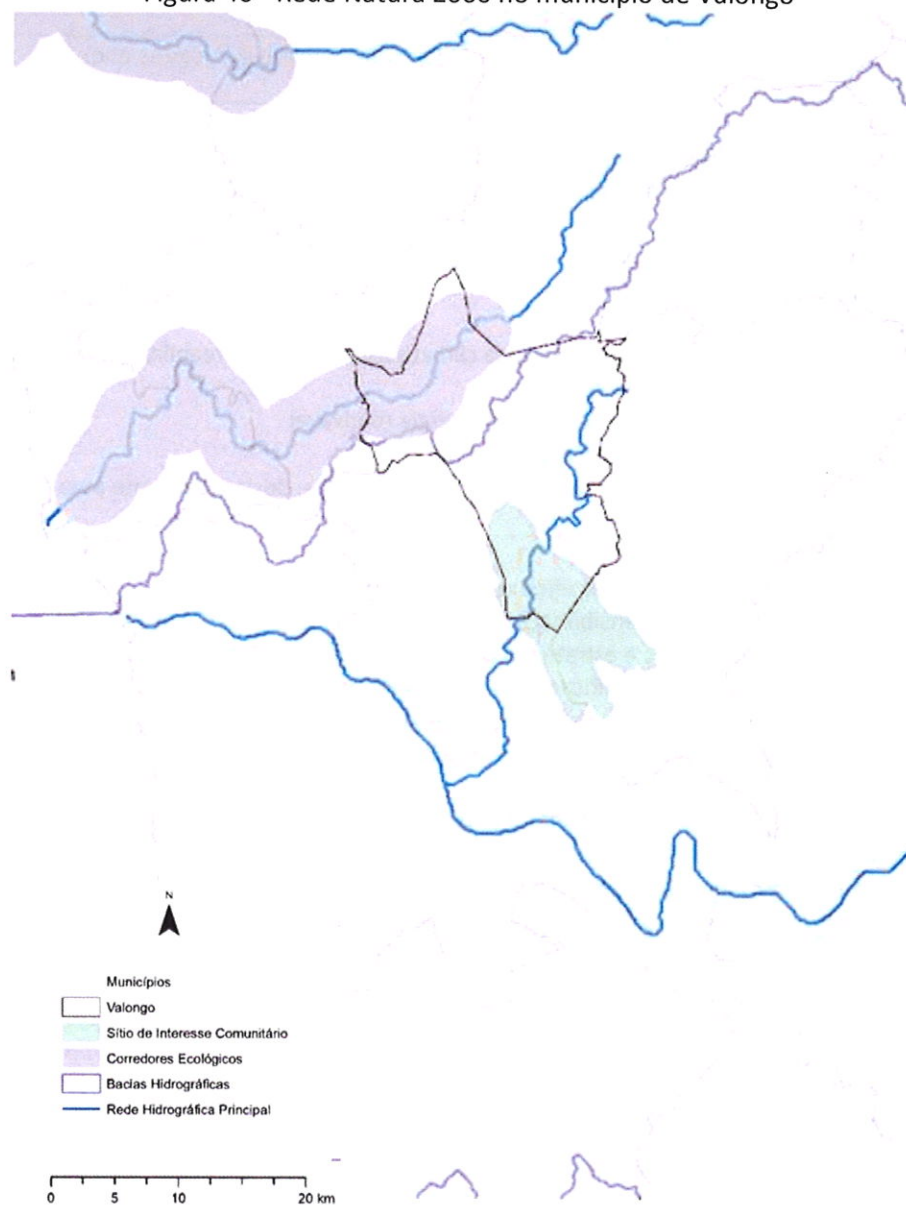
5.8.2. Plano Setorial da Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, é um instrumento que procura proteger as áreas de maior sensibilidade ecológica como as áreas florestais de ocorrência de habitats e de espécies da fauna e flora protegidos e de geomonumentos.

No município está identificado o Sítio PTCON0024 – Valongo (Resolução Conselho Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto), da diretiva Habitats, com uma área total de 2552.3 ha, dos quais 1092.26 ha (42,8%) integrados no concelho de Valongo, o que corresponde a 14,5% da área do município.

As orientações de gestão identificadas estão sistematizadas na tabela 19.

Figura 40 Rede Natura 2000 no município de Valongo



Fonte: APA e ICNF

Tabela 19 Orientações de Gestão Rede Natura 2000

Rede Natura 2000	
Agricultura e Pastoreio	• Manter práticas de pastoreio extensivo • Adotar práticas de pastoreio específicas • Salvar de pastoreio • Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos • Condicionar a intensificação agrícola • Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos • Condicionar expansão do uso agrícola • Assegurar mosaico de habitats • Condicionar mobilização do solo • Condicionar queimadas • Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos • Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas • Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat • Condicionar uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas • Condicionar uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat
Silvicultura	• Adotar práticas silvícolas específicas • Condicionar a florestação • Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones • Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo • Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades • Tomar medidas que impeçam a florestação • Promover a recuperação dos zimbrais • Promover áreas de matagal mediterrânico • Promover a regeneração natural • Reduzir risco de incêndio
Construção e Infraestruturas	• Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes • Assegurar caudal ecológico • Condicionar a construção de infra-estruturas • Condicionar expansão urbano-turística • Melhorar transposição de barragens/açudes • Reduzir mortalidade accidental • Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis • Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis
Outros usos e Atividades	• Monitorizar, manter/melhorar qualidade da água • Condicionar captação de água • Condicionar drenagem • Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água • Condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e a colheita de espécies • Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone • Implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie • Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação • Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros • Ordenar acessibilidades • Ordenar atividades de recreio e lazer • Ordenar prática de desporto da natureza • Regular dragagens e extração de inertes • Regular uso de açudes e charcas

Rede Natura 2000	
Orientações específicas	• Condicionar o acesso
	• Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica
	• Controlar efetivos de animais assilvestrados
	• Definir zonas de proteção para a espécie/habitat
	• Consolidar galerias de minas importantes
	• Desobstruir a entrada de abrigos
	• Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados
	• Criar caixas de abrigo
	• Efetuar desmatações seletivas
	• Efetuar gestão por fogo controlado
	• Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas
	• Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução
	• Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo
	• Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes
	• Manter/recuperar habitats contíguos
	• Manter as edificações que possam albergar colónias/ populações
	• Recuperar zonas húmidas
	• Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

5.8.3. Programa Rodoviário Nacional 2000

O PRN2000 foi aprovado pelo DL n.º 222/98, de 17 de Julho, com a Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto, e «constitui o instrumento regulador de infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular» (Infraestruturas de Portugal, 2017).

O PRN 2000 identifica quatro eixos viários que cruzam com o município: o IP 4 (atual A4), o IC24 (atual A41), a EN 15 e a EN 209. Todas estas vias detêm uma importância decisiva em diversos níveis de mobilidade (nacional, regional, metropolitana, municipal e local), não só devido aos fluxos de tráfego gerados, mas também por serem um importante ativo de atração de investimento e de população num contexto metropolitano.

5.8.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2) e Douro (RH3)

O PGRBH-Cávado, Ave e Leça foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro. Relativamente ao PGRBH-Douro foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro. Estes dois elementos definem medidas a executar por parte dos municípios, das quais é necessária a colaboração e articulação de diferentes entidades, as quais são identificadas na tabela seguinte.

Tabela 20 Recomendações aos municípios pela RH2 e RH 3

Recomendações	Entidade envolvida
Apesar do PGRH remeter as intervenções nos sistemas de tratamento de águas residuais para os planos de investimento das entidades gestoras e fundos comunitários, deve acompanhar-se a evolução destes planos, no sentido de se verificar de que forma é que estas intervenções contribuirão para o bom estado das massas de água e para a saúde e bem-estar da população da RH1.	APA; Entidade Reguladora de Águas e Resíduos; Empresas Municipais e Concessionárias dos Sistemas Municipais
As áreas sujeitas a condicionamentos de uso do solo devem ser devidamente definidas e, enquadradas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no planeamento municipal e nos planos de ordenamento das albufeiras. Deve-se proceder à articulação das medidas propostas com os instrumentos de gestão territorial: - Para que os condicionamentos de zonas de proteção sejam eficazes deverão estabelecer-se orientações de transposição/integração das referidas condicionantes, nomeadamente em termos de responsabilidade de execução; disponibilização de informação; disposições gerais e específicas regulamentares a aplicar; tempos de transposição, entre outras; - Para assegurar a eficácia das medidas propostas deverá assegurar-se a uniformização dos processos de compatibilização entre instrumentos de planeamento.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Outras entidades públicas responsáveis por instrumentos de planeamento
Articulação das medidas previstas no âmbito da minimização de riscos com os sistemas regionais e municipais em vigor (nomeadamente os planos de emergência de cada um dos municípios).	Autoridade Nacional de Proteção Civil; CM
Na conceção/elaboração dos projetos de parques (urbanos/naturais e ecológicos) e de requalificação de margens de rios deve ser tida em consideração a utilização de espécies autóctones e adaptadas às situações em causa.	APA; CCDR-N; ICNF; CM
Os projetos de desassoreamento e desobstrução de linhas de água e de desassoreamento albufeiras deverão ser precedidos de estudos ambientais e definição de medidas de minimização adequadas.	APA; CM
O estudo a elaborar visando definir uma estratégia nacional para a realização de desassoreamentos deverá incluir o estudo dos potenciais efeitos sobre as espécies e habitats e a definição de medidas de minimização e/ou monitorização, a serem respeitadas nos projetos.	APA; CCDR-N; ICNF; CM
A instalação de parques urbanos/ecológicos/naturais em zonas na dependência de linhas de água sujeitas a cheias deve ser devidamente articulada com o ordenamento municipal, por forma a ter em consideração as condicionantes que eventualmente existam nessas zonas definidas a nível do PDM.	APA; CCDR- N; CM
O estabelecimento de zonas de ocupação condicionada, como a proposta de criação de Zonas Adjacentes deverá ser um processo participado, envolvendo os agentes locais de forma a promover a boa aceitação das medidas junto da população afetada.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Órgãos de Proteção Civil; Associação Nacional de Municípios Portugueses
O ordenamento municipal deve ter em consideração a delimitação das Zonas Adjacentes.	
Deverão ser produzidas orientações nacionais (ou regionais) para o procedimento de uniformização dos critérios e metodologias para compatibilização da cartografia da delimitação de zonas ameaçadas por cheias no âmbito do regime da REN e a cartografia produzida no âmbito da implementação da Diretiva Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações.	
Deverá ser assegurada uma maior articulação do PGRI com os IGT.	

Fonte: Relatório Ambiental da RH 2 e RH 3



5.8.5. PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF – AMP/EDV) foi aprovado através do Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro. Valongo é identificado como um município estratégico para a prossecução dos objetivos do Plano, sendo identificados diversos valores, o mais relevante dos quais sendo a Serra de Santa Justa/Pias. Este elemento integra os fatores de proteção, produção e recreio, enquadramento e estética da paisagem do território (PROF – AMP/EDV, 2006), e conta com uma área florestal arborizada de 3 786 ha só no município. De referir que a proteção e a valorização dos ecossistemas e do património natural existente são indispensáveis à manutenção desta área.

No momento atual, o plano encontra-se suspenso parcialmente (Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro) até à data de publicação de um novo PROF (PROF – Entre Douro e Minho), que alterará de forma decisiva não só a área geográfica como a estrutura deste instrumento, integrando-o no novo enquadramento político e legal da floresta e da proteção de incêndios.

5.8.6. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP

Publicado no ano de 2016 e enquadrado nas verbas de financiamento dedicadas à mobilidade suave do Programa Norte 2020, o PAMUS da AMP tem como objetivo a coordenação de um dos temas-chave das metrópoles, a mobilidade, sendo que a crescente necessidade de rentabilização do tempo motiva a opinião para o estabelecimento de novos critérios e *metodologias de mobilidade* (PAMUS da AMP, 2016).

Em simultâneo, a necessidade de financiamento permite *orientar (...) novas opções na estratégia da gestão da mobilidade, promovendo 'novas' formas de mobilidade, tendencialmente mais sustentáveis e já enquadradas nos novos desígnios de promoção da eficiência patentes no novo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020*, promovendo, assim, *o desenvolvimento urbano, (...), uma sociedade mais sustentável e promotora de modos de deslocações sustentáveis* (PAMUS da AMP, 2016).

Na tabela seguinte apresentam-se as medidas que o PAMUS da AMP define para o município.

A integração das medidas apontadas pelo PAMUS nas estratégias municipais só recentemente começou a ser feita, sendo de referir que, à exceção da Fase 1 do Programa de Acessibilidade para Todos (PAT), todas as ações com horizonte temporal 2016/2019 se encontram em processo de candidatura. As restantes medidas, com horizonte temporal mais alargado, não foram ainda objeto de desenvolvimento.

É ainda de referir que se verifica que o município estabeleceu como prioridade o tema da mobilidade suave, candidatando as duas fases proposta do Programa de Incremento da Infraestrutura de Mobilidade Suave do Concelho de Valongo.

Tabela 21 PAMUS da AMP para o município de Valongo

Tipologia da medida	Designação da Ação	Temporalidade	Horizonte Temporal	Medidas Concretizadas
Modos Suaves	Programa de Incremento da Infraestrutura de Mobilidade do Concelho de Valongo (Fase 1)	Médio Prazo	2016/2019	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves	Programa de Acessibilidade para Todos (Fase 1)	Médio Prazo	2016/2019	Nenhuma
Modos Suaves	Programa Incremento da Infraestrutura de Mobilidade Suave do Concelho de Valongo (Fase 2)	Longo Prazo	2019/2023	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves	Programa Acessibilidade para Todos (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2023	Nenhuma
Interfaces	Qualificação Interna e Externa das Interfaces Ferroviárias (Fase 1)	Médio Prazo	2018/2019	Candidatada ao Norte 2020
Interfaces	Qualificação Interna e Externa das Interfaces Ferroviárias (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2021	Nenhuma
Modos Suaves/Interfaces	Implementação do Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (Fase 1)	Médio Prazo	2018/2019	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves/Interfaces	Implementação do Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2021	Nenhuma

Fonte: PAMUS da AMP e CMV

5.8.7. Plano Diretor Municipal

A avaliação da execução do PDM é feita a partir dos diversos temas abordados pelo Plano, identificando-se na tabela seguinte estes temas e os critérios de análise seguidos.

Tabela 22 Síntese das Propostas do PDM

Tema	Análise
Solo Rural	
Solo Urbano	Edificação em solo urbano
Intervenções Municipais	Execução
Planos Setoriais	Grau de execução
Investimentos Previstos	Grau de execução

Solo Urbano

O PDM estabelece para a estruturação do seu território uma política de consolidação dos centros urbanos existentes. Neste sentido, a avaliação que é feita em seguida tem como objetivo analisar a gestão urbanística desde a data de publicação do PDM, com vista a perceber a evolução da dinâmica de construção nos perímetros urbanos.

Verifica-se que, desde a entrada em vigor do PDM, tem havido um aumento médio do número de alvarás de obra de cerca de 16% ao ano, com o maior número a verificar-se em 2017 (108 alvarás).

A tabela seguinte demonstra um aumento da atividade do mercado imobiliário desde 2015, à qual pode estar associada a reconversão do parque edificado existente, patente no aumento das autorizações de alteração de utilização.

Tabela 23 Gestão Urbanística do município de Valongo pós 2015

Gestão Urbanística	Evolução			Taxa de Crescimento (2015/2017)
	2015	2016	2017	
Pedidos de Informação Prévia Aprovados	4	8	2	-100%
Pedidos de Renovação de Informações Prévias Aprovadas	1	1	1	0%
Alvarás de Obras	76	99	108	30%
Aditamento aos Alvarás	9	14	11	18%
Autorizações de Utilização	124	109	126	2%
Autorizações de Alteração de Utilização	16	12	18	11%
Aditamentos aos Alvarás de Loteamento	20	26	27	26%

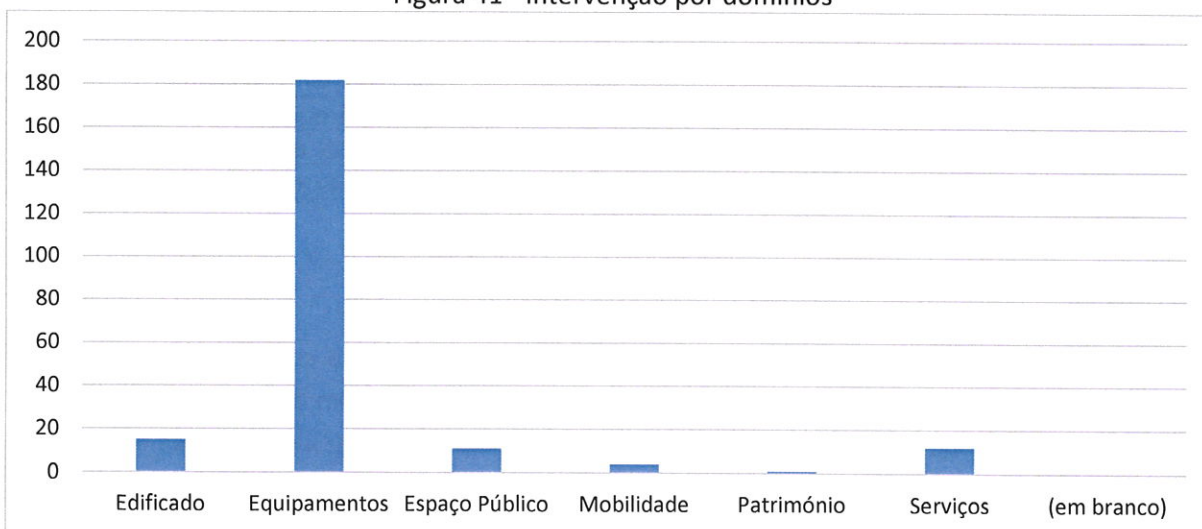
Fonte: CMV

Intervenções Municipais

Neste tópico de análise pretende-se avaliar as intervenções do município no seu património, edificado, equipamentos e espaço público, entre 2001 e 2017.

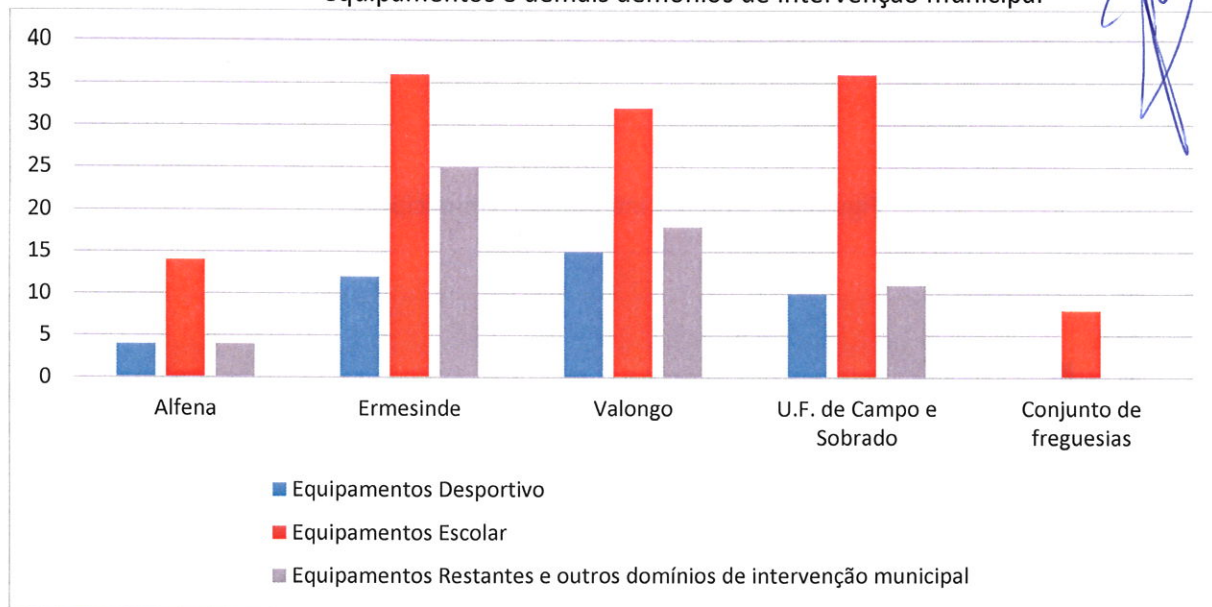
As maiores intervenções, seja ao nível de conservação seja de construção, são realizadas nos equipamentos, a que correspondem 81% das 225 intervenções do município, como se pode ver na figura seguinte.

Figura 41 Intervenção por domínios



Fonte: CMV

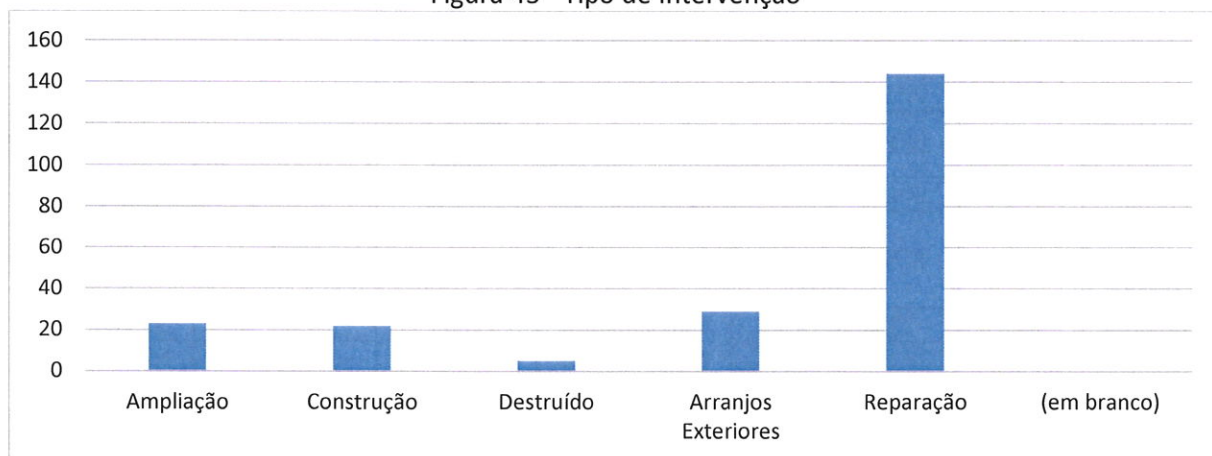
Figura 42 Intervenção por domínios, segregando equipamentos desportivos e escolares de outros equipamentos e demais domínios de intervenção municipal



Fonte: CMV

No que se refere à tipologia da intervenção, as reparações representam 64% das intervenções municipais entre 2001 e 2017. A edificação e a ampliação de serviços e equipamentos, por seu turno, representam cerca de 20% das intervenções, percentagem a que não será alheio o aumento da população este período (cerca de 21%) e a consequente aumento da procura dos equipamentos e serviços municipais.

Figura 43 Tipo de Intervenção

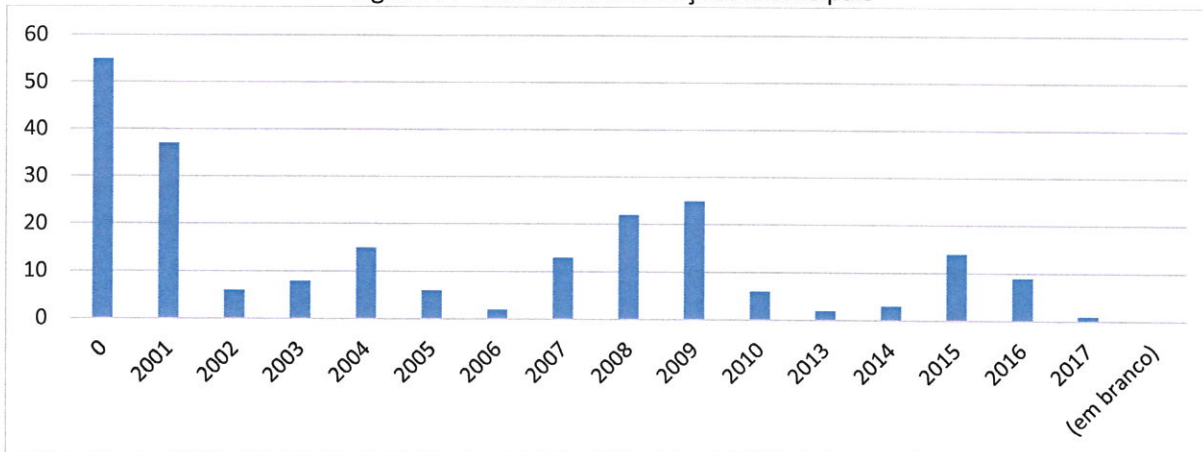


Fonte: CMV



Reportando ao ano de execução das intervenções, verifica-se que 2001 foi o ano em que ocorreram mais intervenções, logo seguido de 2009 e 2008, Estes três anos agregam cerca de um terço das intervenções efetuadas o total do período. Ressalve-se no entanto que cerca de 24% das intervenções não se encontram datadas.

Figura 44 Ano das intervenções municipais



Fonte: CMV

Importa agora perceber a distribuição territorial do investimento e a sua relação com as dinâmicas populacionais e urbanísticas verificadas no período em análise.

Tabela 24 Distribuição e Compreensão do Investimento municipal, ao nível das intervenções, por freguesia

Freguesia	Medidas	Investimento Efetuado	Tipologia Predominante	Ano de Investiment o maior	Investimento médio feito por habitante	Valor médio dos investimentos
Alfena	22	2.550.100,25 €	Equipamentos	2009	167,65 €	115.913,65 €
Ermesinde	70	12.282.875,02 €	Equipamentos	2001 e 2008	316,59 €	175.469,64 €
Valongo	64	14.295.648,00 €	Equipamentos	2001	597,52 €	223.369,50 €
U.F. de Campo e Sobrado	62	8.773.468,72 €	Equipamentos	2001	550,96 €	141.507,56 €
Conjunto	7	225.850,24 €	Equipamentos	2005		32.264,32 €
Total	225	38.127.942,23 €	Equipamentos	2001	406,23 €	169.457,52 €

Fonte: CMV

Muito embora os valores de investimento mais elevados se verifiquem em Valongo e Ermesinde, os valores do investimento médio por habitante mais altos são em Valongo e na U.F. de Campo e Sobrado, do que se infere a existência de uma política de reforço das simetrias territoriais, motivada pelo

subdesenvolvimento infraestrutural e de equipamentos que a freguesia de U.F. de Campo e Sobrado apresentava anteriormente.

Planos Setoriais

O PDM estabeleceu a necessidade de elaborar três planos setoriais para a concretização das políticas municipais associadas às respetivas temáticas, a saber, Mobilidade e Acessibilidade, Sistema Patrimonial e Gestão da Floresta, em acordo com o apresentado na tabela seguinte.

Tabela 25 Planos Setoriais do PDM de Valongo

Planos Setoriais	Ações	Promotores	Medidas Concretizadas
Plano de Mobilidade e Acessibilidade	Elaboração do plano Implementação do plano	EP/CMV/ PRIV	No âmbito do PEDU de Valongo, foram elaborados os seguintes planos: Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS); Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (PMAT); Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (PCPPARU)
Plano do Sistema Patrimonial	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Nenhuma
Plano Municipal de Gestão da Floresta	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Nenhuma
Plano de gestão da Serra de Santa Justa	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Foi criada a Paisagem Protegida Regional "Parque das Serras do Porto" em 2016 com regulamento de gestão, que prevê 1 ano para a conclusão do respetivo plano de gestão.

Fonte: CMV

As diversas estratégias abordadas por estes planos concretizam-se através de medidas integradas noutros planos, como é o caso do PEDU de Valongo, o PMUS, o PMAT, o PCPPARU e o Parque das Serras de Valongo. Sublinhe-se, na temática da acessibilidade e mobilidade, a existência de 4 planos, os quais reforçam a aposta na mobilidade suave; e ainda a elaboração do Plano de Gestão da Serra de Santa Justa, não previsto no PDM, elaborado com o apoio da AMP.

No que respeita às temáticas do sistema patrimonial e da gestão da floresta não existe ainda qualquer desenvolvimento, muito embora seja urgente reestruturar a gestão florestal para a enquadrar no novo contexto legal.

Não será também de descurar a questão do sistema patrimonial, pois este representa um importante ativo do município que poderá alavancar a promoção da imagem de Valongo e o desenvolvimento de uma economia associada à reabilitação do edificado e ao turismo, aproveitando ainda o facto de existir um contexto de financiamento de intervenções no âmbito dos quadros comunitários de apoio.



Grau de Execução dos Investimentos Previstos

A tabela seguinte foi elaborada de acordo com a Programação de Investimento constante no Relatório do Plano Diretor Municipal.

Tabela 26 Tabela de Execução do PDM

Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
Equipamentos e Infraestruturas				
Escola da Travagem (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Escola do Barreiro de Cima (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Escola de Sá (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Casa do Município (Espaço Nobre)	Elaboração de Projeto Reabilitação do Edifício	1 2	CMV	O edifício em questão encontra-se programado para a localização da Oficina da Regueifa e do Biscoito no âmbito do PEDU de Valongo. Necessita de definição de nova localização.
Relocalização do Estádio (Federação)	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Estádio	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Relocalização do Quartel de Bombeiros de Ermesinde	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Quartel	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Relocalização do Quartel de Bombeiros de Valongo	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Quartel	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Novo Cemitério de Ermesinde	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção do Cemitério	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Novo Cemitério de Valongo	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção do Cemitério	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação

Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
Grandes Áreas Verdes				
Requalificação das Margens do Rio Leça (Alfena)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Parque Urbano de Vilar Bela (Alfena/Ermesinde)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Requalificação das Margens do Rio Leça (Ermesinde)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Parque Urbano de Mirante de Sonhos	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/ Jardim Urbano do Lugar do Suzão	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/Jardim Urbano dos Lagueirões	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/Jardim Urbano do Lugar da Quinta do Linho	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Corredor Ecológico do Rio Leça	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Corredor Ecológico do Rio Ferreira	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Corredor Ecológico Ermesinde-Valongo	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Serra de Santa Justa e Pias	Elaboração do Plano de Gestão	1	CMV	Criada a Paisagem Protegida Regional "Parque das Serras do Porto", cujo regulamento define 1 ano para a conclusão do plano de gestão do PPR.
Mobilidade				
Nó do Lombelho	Construção de Nó de Ligação da A41 com a Via do Lombelho	3	IP/CMV	Nenhuma
Nó da A4	Relocalização do Nó da A4 (Valongo) para a zona da Biblioteca	3	EP	Nenhuma
Alternativa à A4	Construção do tramo da A4 exterior à cidade de Valongo.	3	EP	Nenhuma
Ligação Alfena-Valongo	Remodelação da Estrada Municipal, incluindo construção de novo tramo em Alfena e reperfilamento e requalificação da restante via existente	2 e 3	CMV	Nenhuma
Ligação Sobrado-Valongo	Construção de ligação da Via da Lomba à Variante de	2 e 3	CMV	Nenhuma

Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
	Valongo, na zona proposta para o novo nó da A4			
Via da Lomba	Construção da Via da Lomba e sua classificação como EN em alternativa à EN209	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
EN209	Desclassificação e Requalificação urbana	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
Variante de Valongo	Construção dos tramos ainda não executados da Variante de Valongo e sua classificação como EN (em alternativa à EN15)	2 e 3	EP/CMV/PRIV	Encontra-se programada a execução de um tramo, no âmbito de uma operação urbanística aprovada.
EN 15	Desclassificação e Requalificação urbana	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
EM 606	Requalificação/Reperfilamento da EM 606	3	CMV	Concretizada
Classificação do Apeadeiro de Suzão como Estação	Plano, Elaboração da proposta e Entrada em vigor	1, 2 e 3	CMV/REFER	Sem informação
Rede de mobilidade Suave	Plano, Projeto e Execução	1, 2 e 3	CMV	Concretizado o plano. A execução de algumas das vias encontra-se submetida a candidatura a fundos de financiamento no âmbito do PEDU.

Fonte: CMV

Analisando a informação recolhida até à data, pode dizer-se que a concretização das propostas previstas no Programa de Execução do PDM apresenta uma evolução positiva, atendendo aos prazos estabelecidos, nomeadamente curto prazo (até 3 anos), médio prazo (4-6 anos) e longo prazo (7-10 anos).

No que se refere às propostas com um horizonte temporal de curto prazo, as quais deverão estar concretizadas ou em fase de finalização no momento de elaboração deste relatório, a situação é a seguinte:

- Escolas da Travagem, Barreiro de Cima e Sá, todas elas JI/EB1: sem informação;
- Casa do Município: terá que ser encontrada uma nova localização dado que a localização prevista no PDM passará a albergar a Oficina da Regueifa e do Biscoito (projeto PEDU);
- Serra de Santa Justa e Pias: foi concretizada a criação da Paisagem Protegida Regional 'Parque das Serras do Porto';
- Classificação do Apeadeiro de Suzão como Estação: sem informação;
- Rede de mobilidade suave: encontra-se em desenvolvimento, suportada pelos estudos complementares do PAMUS.

5.8.8. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Valongo

O PEDU enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento urbano tem como objetivo definir prioridades de investimento em três setores integrados: a reabilitação urbana, através do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), a mobilidade sustentável, através do PAMUS e o apoio às comunidades desfavorecidas, através do Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), estabelecendo o quadro para a obtenção de fundos comunitários no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020.

As medidas apresentadas no PEDU são as identificadas na tabela seguinte.

Tabela 27 PEDU medidas e ações propostas no PAMUS

Ações	
PAMUS	
Promoção de estratégias de baixo teor de carbono	• Incremento da infraestrutura de mobilidade suave do concelho de Valongo • Plano de arborização Urbana no Concelho de Valongo • Qualificação interna e externa das interfaces ferroviárias • Plano de Circulação para a EN 15 no perímetro da ARU- Valongo • Construção e Implementação da solução provisória para a EN 15 em sentido único parcial- Valongo • Acessibilidade para todos
PAICDV	
(Re)qualificação do espaço público	• Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Sampaio • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER S. Bartolomeu • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Barreiro • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Baldeirão II • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Balselhas • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Outrela • Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Serra Amarela • Requalificação do Espaço Público da Azenha • Requalificação do Espaço Público da Gandra
Reabilitação ou criação física dos edifícios e equipamentos coletivos	• Edifício de Apoio ao Espaço Público da Azenha • Oficina do Brinquedo Tradicional • Equipamento Coletivo para prestar serviços à comunidade em Campo
Reabilitação da habitação de cariz social	• CD Vilar- Reabilitação Social • Reabilitação de Habitação Social PER Sampaio • Reabilitação de Habitação Social PER S. Bartolomeu • Reabilitação de Habitação Social PER Barreiro • Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão II • Reabilitação de Habitação Social PER Balselhas • Reabilitação de Habitação Social PER Outrela • Reabilitação de Habitação Social PER Serra Amarela • Reabilitação de Habitação Social PER Padre António Vieira • Reabilitação de Habitação Social PER Primeiro de Maio • Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão • Reabilitação de Habitação Social PER Palmilheira • Reabilitação de Habitação Social PER Montes da Costa • Reabilitação de Habitação Social PER Mirante dos Sonhos



Ações	
PAMUS	
	• Reabilitação de Habitação Social PER Calvário • Reabilitação de Habitação Social PER Galinheiro
Projetos transversais a todas as áreas desfavorecidas de Valongo de carácter imaterial	• Ajuda + • Áreas Residenciais saudáveis • Emprego Solidário ECO CULTURA • Valongo Heritage • Educar e Capacitar PLUS
Espaço Público	• Espaço Público Adjacente à antiga casa Dias de Oliveira • Reabilitação das Margens da Ribeira do Simão • Parque Verde Pedagógico • Requalificação da Praça Machado dos Santos
Edifícios	• Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito • Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto • Reabilitação e refuncionalização do Mercado Municipal de Valongo • Centro Comercial Vallis Longus • Fundo de Apoio à Reabilitação do Edificado Urbano
Ações de Promoção da Atividade Económica	• Programa Municipal de Capacitação Empreendedora • Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito • Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto
Ações de Animação e Gestão Urbana	• Programa de Animação Urbana • Laboratório Urbano de Valongo

Fonte: PEDU

5.8.9. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O PDMV definiu 20 UOPG que constituem instrumentos para a execução do plano, estabelecendo para cada uma delas os respetivos objetivos, conteúdos programáticos, indicadores e parâmetros urbanísticos e formas de execução. As UOPG definidas correspondem a áreas de intervenção dos planos de urbanização e dos planos de pormenor em elaboração ou a outros polígonos territoriais cujas características exigem um tratamento mais detalhado ao nível de planeamento e gestão urbanística que tenha em conta as respetivas especificidades.

Tal como se pode verificar na tabela apresentada, a execução das UOPG é residual, exceção feita à UOPG da Zona Industrial de Campo, cujo plano de urbanização se encontra em fase de elaboração.

Tabela 28 UOPG no município de Valongo

UOPG	Execução	Concretização
Vilar-Bela	CMV / PRIV	Nenhuma
Centro Cívico de Alfena	CMV/ PRIV	
Quinta das Telheiras	CMV/ PRIV	
Área Central de Ermesinde	CMV/ PRIV	
Mirante de Sonhos	CMV/PRIV	
Zona Empresarial da Sr.ª Amparo	CMV/PRIV	
Alteração Pontual do PDM	CMV	
Lagueirões	CMV/ PRIV	
Eixo Antigo de Valongo	CMV/PRIV	
Quinta de S. João	CMV/PRIV	
Lugar da Chã	CMV/PRIV	
Zona Industrial de Campo	EP/CMV/PRIV	Em projeto de plano
Quinta da Lousa e Zona Empresarial de Valongo	CMV/PRIV	Nenhuma
Cidade de Valongo	CMV/PRIV	
Expansão Nascente da Cidade de Valongo	CMV/PRIV	
Cidade de Ermesinde	CMV/PRIV	
Área Nascente de Alfena	CMV/PRIV	
Área Central de Campo e Zona Envolvente	CMV/PRIV	
Zona Empresarial de Sobrado de Cima	CMV/PRIV	
Área Central de Sobrado e Zona Envolvente	CMV/PRIV	

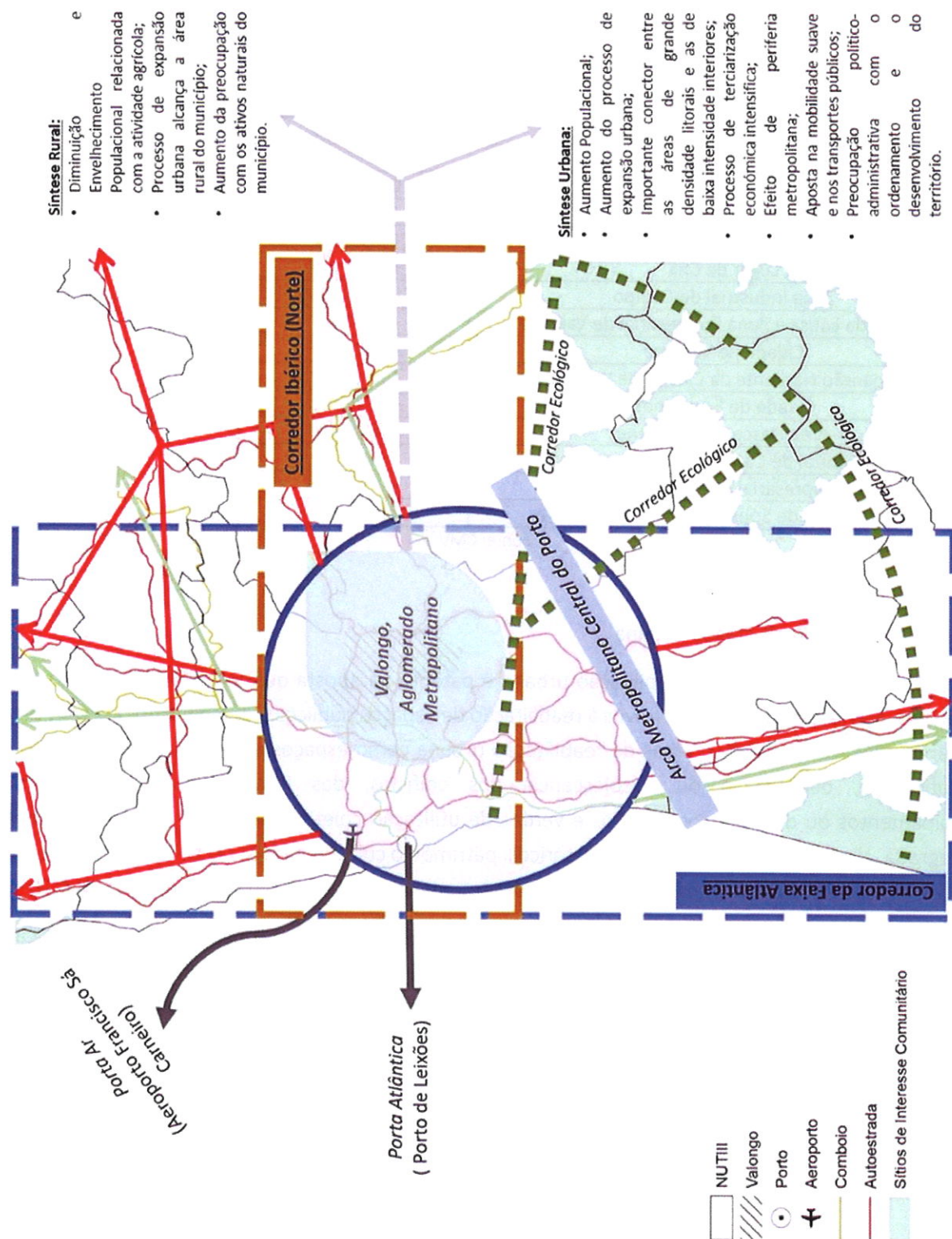
Fonte: CMV

5.8.10. Áreas de Reabilitação Urbana

A importância estratégica da reabilitação urbana é patente na aposta que tem sido feita nesta área, nomeadamente ao nível dos incentivos à reabilitação de espaços públicos e do edificado que têm vindo a ser criados. O RJRU define áreas de reabilitação urbana como espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada, abrangendo áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

Atualmente, o município de Valongo tem uma ARU denominada por Eixo Antigo de Valongo, publicada através do Aviso n.º 6826/2015, de 18 de junho, cujo Projeto da Operação de Reabilitação Urbana/ Programa Estratégico de Reabilitação Urbana se encontra numa fase preparatória de submissão a discussão pública.

6. MODELO TERRITORIAL



7. FATORES CRÍTICOS DE MUDANÇA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O REOT pretende ser um instrumento decisivo para a gestão do território no município de Valongo, compreendendo o impacto das diferentes propostas desenvolvidas pelos programas, políticas e instrumentos de gestão do território/planeamento na dinâmica populacional, social e económica do município, identificando os desafios que se colocam à prossecução da estratégia estabelecida e avaliando a sua adequação à conjuntura atual com vista a ponderar as necessidades de redefinição da estratégia de base territorial.

Com a elaboração do REOT são identificados novos desafios, os quais deverão ter resposta na redefinição da estratégia territorial municipal:

- Económicos: definidos pela necessidade de especializar as atividades económicas atuais;
- Ambientais: na valorização dos valores naturais, no aumento da eficiência das redes de recolha e tratamentos de águas e resíduos e no desenvolvimento dos princípios de autossuficiência energética do território;
- Socioculturais: na valorização do património e na identidade do território, na qualificação da população e na aposta do envelhecimento positivo;
- Planeamento: no desenvolvimento territorial de Valongo, consolidando os espaços urbanos, fomentando os espaços de utilização coletiva, melhorando a mobilidade, e no reforço da governança metropolitana.

Muito embora não tenha sido possível avaliar com eficácia a taxa de execução do PDM e outros IGT até ao momento, com vista a determinar a adequação da estratégia e a identificar as necessidades de ajuste/ alteração, há uma questão de fundo que obriga a ponderar seriamente a necessidade de revisão do Plano.

Tal como referido anteriormente, o PDM de Valongo teve como enquadramento legal um regime jurídico que já não se encontra em vigor, e que foi profundamente alterado pela publicação da nova LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio) e do RJGT (DL n.º 80/2015, de 14 de maio), cujas principais alterações são as seguintes:

- A alteração da orgânica do sistema de planeamento, com a introdução da dinâmica intermunicipal;
- O reforço da sustentabilidade financeira dos sistemas de perequação e da parametrização das mais-valias;
- A introdução de novos elementos necessários para os conteúdos materiais;
- A supressão da classificação do solo urbanizável para novas representações urbanas contratualizadas em operações urbanísticas, como unidades execução ou UOPG, mas também a sua reclassificação para solo rústico.



Tais realizações definem um novo paradigma estruturado pela contenção dos perímetros urbanos, mas também na valorização dos ativos naturais e patrimoniais como estruturadores de uma nova utilização do uso do solo em concordância com os objetivos no quadro político-administrativo.

A conformação dos diversos planos territoriais ao novo regime jurídico, nomeadamente no que respeita aos critérios de classificação e qualificação do solo, é obrigatória e tem um prazo definido legalmente (13 de julho de 2020), findo o qual ficam suspensas as normas que devessem ter sido alteradas, não podendo haver lugar, na área abrangida, a quaisquer operações de transformação do uso do solo.

A forma que deve adotar esta conformação tem sido amplamente discutida, tendo em conta o carácter estratégico que revestem algumas das temáticas a introduzir nos novos planos, em especial no que se refere à classificação do solo. De facto, tem sido o entendimento mais comum que esta conformação se trata não de uma reclassificação mas de uma classificação ex novo, isto é, que a globalidade do território deve ser avaliada face aos novos critérios de classificação com vista à verificação das características que lhe permitam – ou não – ser integrado em solo urbano, desprendendo-se da classificação vigente.

E as restantes temáticas a integrar, como sejam a parametrização das mais-valias, os critérios de reclassificação de solo rústico em urbano, a criação do fundo de sustentabilidade ambiental e urbanística, o sistema perequativo a diferentes escalas, têm igualmente profundas implicações na estratégia do Plano.

Assim sendo, é de recomendar que o PDM de Valongo seja sujeito a um procedimento de revisão que o conforme ao novo quadro legislativo, processo esse que deverá estar terminado até 13 de julho de 2020 em acordo com o previsto pela lei.

REOTV

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE VALONGO

Proposta para Discussão Pública

MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE VALONGO

abril, 2018

ERRATA



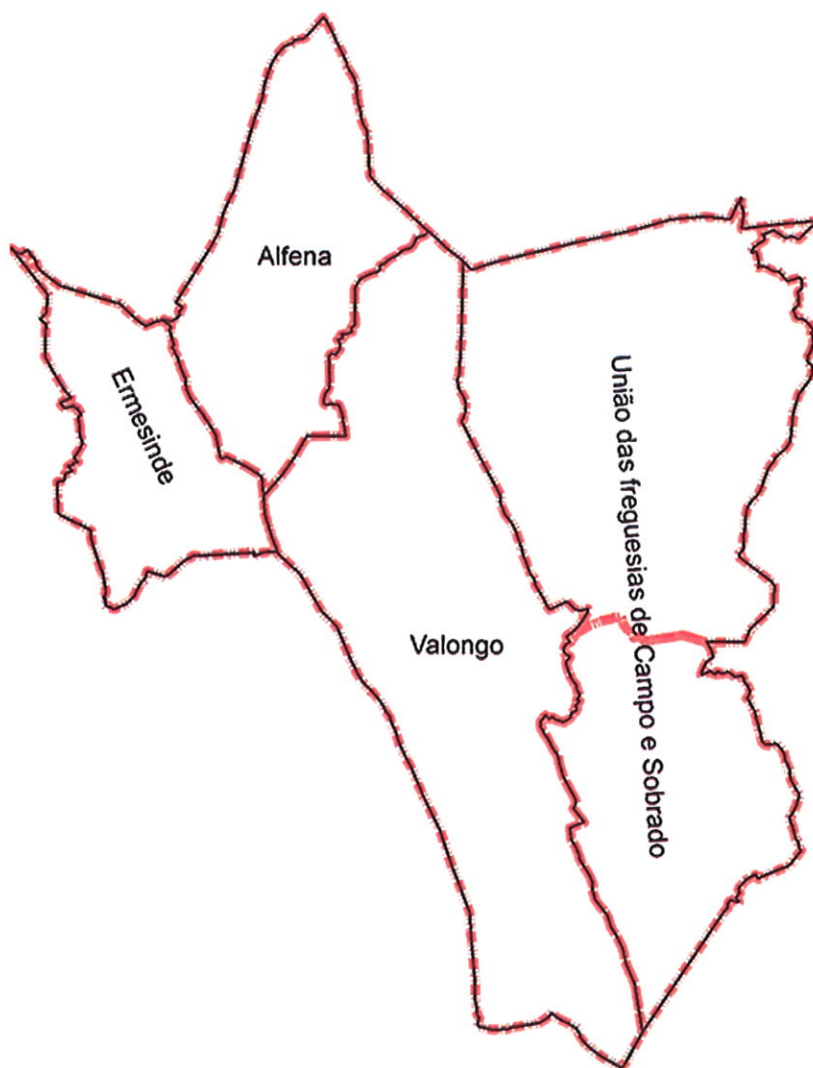
Câmara Municipal de Valongo
Divisão de Planeamento, Inovação e Apoio ao Investimento (DIPAI)
Rua Aldeia dos Lavradores, 240 | 4445-640 Ermesinde



GIPP, LDA
Gestão Integrada de Projectos e Planeamento, Lda
Est. Exterior da Circunvalação, 3846-1º | 4435-183 Rio Tinto

Figura que substitui a figura 7 da pág. 16 do relatório aprovado, conforme acordado na reunião de câmara de 10 de maio de 2018.

Tabela 1 Figura 1: Freguesias do município de Valongo



Antigos Limites Administrativos do município de Valongo

Atuais Limites Administrativos do município de Valongo (alteração com a Lei n.º 11-a/2013)